

GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Comissão: **Segurança Pública**

Local: **externo**

Município: **Lavras**

Data: **8/6/2010**

Horário: **10 horas**

Folhas: **108**

Duração: **3h55min**

Presidente: **Deputado João Leite**

Deputados: **Deputada Maria Tereza Lara**

Participantes: **Prefeita Jussara Menicucci de Oliveira**
Delegado João Carlos Giroto
Sr. Helênio Romualdo Almeida
Maj. Francisco Assis de Oliveira
Ten. Ademir Penido da Silva
Sr. Hafez Tadeu Sadi
Sra. Mirela Farane Souza Araújo
Sr. Leonardo Brocanelli
Sr. Alexandre Marques Oliveira
Sr. Lineu Marques Toneli

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
16ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura
8/6/2010 - 10 horas **Pág.: 2**

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Há número regimental. Declaro aberta a 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura.

Conforme prevê o Regimento Interno, dispenso a leitura da ata da reunião anterior e dou-a por aprovada.

Esta reunião tem por finalidade debater, em audiência pública, questões relativas à segurança pública na Região Integrada de Segurança Pública - Risp -, com sede em Lavras, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sou o Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa. Está comigo a Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente desta Comissão. Eu, a Deputada Maria Tereza Lara e os outros Deputados da Comissão de Segurança Pública, Tenente Lúcio e Rômulo Veneroso, representando a Assembleia Legislativa, temos percorrido as 18 Regiões Integradas de Segurança Pública do Estado, fazendo um diagnóstico da integração da Polícia Civil com a Polícia Militar, conhecendo os números da segurança pública, principalmente os relacionados à criminalidade violenta.

Além da presença da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, temos sempre, para nosso prazer, a presença da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública e dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública, muito importantes

para nós, porque a sociedade desempenha um papel fundamental na segurança pública.

Hoje estamos cumprindo o nosso trabalho nas 18 regiões. Foi exaustivo. Estivemos em todas as regiões: Unaí, Teófilo Otôni, Governador Valadares, Uberaba, Uberlândia, Juiz de Fora, Curvelo e Barbacena. Na semana retrasada, estivemos em Contagem e em Belo Horizonte e ontem fomos a Poços de Caldas. Hoje estamos realizando, em Lavras, a 18ª audiência pública. Estivemos também em Pouso Alegre. O Dr. Sadi vai repetir os números porque, naquela altura, o Município de Pouso Alegre ainda pertencia a Lavras; somente depois foi desvinculado.

Decidimos realizar audiências públicas em duas cidades, que, embora não pertençam a Regiões Integradas de Segurança Pública, apresentam fortes demandas. A primeira cidade é Manhuaçu, cortada por duas grandes rodovias federais. Infelizmente, ocorrem roubos de cargas e tráfico de drogas no Município. Creio que isso seja muito motivado por essa passagem intensa ligando regiões brasileiras e também de fora do País.

Estaremos, na quinta-feira, em Betim, cidade muito cara à Deputada Maria Tereza Lara, porque sua irmã, a ex-Deputada Maria do Carmo Lara, é a Prefeita desse Município. A Deputada Maria Tereza Lara tem lutado muito para que seja construído em Betim um centro de internação de adolescente em conflito com a lei. Não é o caso da Câmara Municipal de Lavras, mas a Câmara Municipal de Betim votou um projeto proibindo a construção de presídios na cidade. O governo

queria construir um centro de internação, mas não pôde. A Prefeitura, agora, está cedendo um espaço próprio, mas há total desentendimento para a ocupação desse espaço por adolescentes em conflito com a lei, que, hoje, estão acautelados em uma delegacia. São 20 adolescentes, Deputada Maria Tereza Lara?

A Deputada Maria Tereza Lara - (- Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Presidente - Eram sete, alguns foram transferidos para outro centro de internação. Cerca de 22 adolescentes chegaram a ficar internados ali.

Realizaremos, nos dias 11, 12 e 13 de agosto, na Assembleia Legislativa, um fórum técnico, que contará com a presença de representantes do governo federal, do governo estadual, de Regiões Integradas de Segurança Pública, já que chefes e Comandantes serão convidados. Também participarão representantes do Ministério da Justiça, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal. Esses órgãos estão compondo a comissão que está elaborando os eixos desse fórum técnico. Pelo conhecimento que adquirimos durante as visitas, pelos relatórios das Regiões Integradas de Segurança Pública, o fórum será denominado "Fórum técnico - segurança pública, drogas, violência e criminalidade". Lamentavelmente, a violência e a criminalidade praticadas em nosso Estado estão ligadas ao tráfico e ao uso de drogas conforme temos verificado em nossas visitas às Regiões Integradas de Segurança Pública.

Ao final, a Assembleia Legislativa publicará um livro. Está aqui o Dr. Gustavo, nosso consultor, que fará um relatório consolidado desta audiência, como outros consultores fizeram com as audiências realizadas nas 17 regiões. Esses relatórios e o fórum técnico comporão um livro que será publicado pela Assembleia Legislativa. Esse livro subsidiará, neste ano, a discussão do orçamento do Estado para o próximo ano. Subsidiará também a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - neste ano, além da elaboração do PPAG, no próximo ano, para os próximos cinco anos.

Estou fazendo essa introdução para que vocês tenham conhecimento da importância das falas de hoje, dos relatórios que serão trazidos para a Comissão. Tudo está sendo gravado a fim de que sejam elaboradas as notas taquigráficas desta audiência. Estudaremos todos esses relatórios, que farão parte do documento final da Assembleia Legislativa. Aproveito esta oportunidade e convido todos para, nos dias 11, 12 e 13 de agosto, participar do fórum técnico, a fim de contribuírem para esse trabalho que a Assembleia Legislativa está realizando.

Faço menção ao trabalho da Segunda Igreja Presbiteriana de Lavras, realizado pelo nosso querido Reverendo Algernon, que trata de algo muito importante, ou seja, uma campanha pelos bons tratos, que é uma ação preventiva de segurança pública. Ele disse que basta dar um abraço, tratar bem as outras pessoas. O Pastor Algernon estava distribuindo abraços em uma praça de Lavras. Foi uma maravilha.

Parabenizo o Pastor Algernon e a Igreja Presbiteriana por esse trabalho.

Neste momento, farei a composição da nossa Mesa a fim de iniciarmos os trabalhos. Convido a compor a Mesa: Jussara Menicucci de Oliveira, Prefeita Municipal de Lavras; Vereador Evandro Castanheira Lacerda, Presidente da Câmara Municipal de Lavras; Hafez Tadeu Sadi, Chefe do 6º Departamento da Polícia Civil em Lavras, representando Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Maj. Francisco Assis de Oliveira, Comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar em Lavras, representando o Cel. Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Ten. Ademir Penido da Silva, Comandante do 9º Batalhão de Bombeiros Militar em Lavras, representando o Cel. Gilvan Almeida Sá, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais; João Carlos Giroto, Delegado da Polícia Federal, representando Jerry Antunes de Oliveira, Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais. Reitero os nossos agradecimentos à Polícia Federal, que tem dado grande apoio ao trabalho que a Assembleia Legislativa está realizando. Está sempre presente e faz parte da comissão que elabora o nosso fórum técnico.

Esta Presidência também convida, com muito prazer, para compor a Mesa: Helênio Romualdo Almeida, Inspetor da Polícia Rodoviária em Poços de Caldas, representando Waltair Vasconcelos Sobrinho, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais.

O Inspetor Helênio faz um trabalho muito interessante, que devemos ressaltar. Ele comanda o esforço da Polícia Rodoviária Federal contra o abuso de crianças e adolescentes em nossas estradas. Queremos fazer uma audiência na Assembleia para que ele mostre esse trabalho que a Polícia Rodoviária Federal tem feito em nossas estradas. Queremos nos congratular com a Polícia Rodoviária Federal por esse trabalho de proteção às nossas crianças, aos nossos adolescentes. O Estado de Minas tem 25% da malha rodoviária federal. Esse trabalho é muito importante. Convido, ainda, a Defensora Pública Mirela Farane Souza Araújo, representando, aqui, o Defensor Público Geral, Dr. Belmar Azze Ramos; o Sr. Alexander Marques de Oliveira, do Consep de Lavras, a quem agradeço a presença, bem como agradeço a presença da comunidade desta Região Integrada de Segurança Pública. Está conosco, também, Lineu Marques Toneli, Presidente do Consep de Nepomuceno, cidade que faz parte, também, desta região integrada. Convido-o para fazer parte da nossa Mesa. Ele veio de Nepomuceno, mostrando o interesse pela segurança pública de sua cidade. Está, ainda, conosco, o Sr. Leonardo Brocanelli Fagundes, Diretor Regional da Subsecretaria Prisional do Estado de Minas Gerais, que deverá responder a várias perguntas. Ele é responsável pelos presídios de Três Corações, Varginha e Lavras, a quem agradeço a presença.

Inicialmente, vou passar a palavra à Prefeita Jussara Menicucci de Oliveira, para sua saudação, a quem agradeço a presença e o apoio para a realização desta audiência. Quando liguei para a

Prefeita, ela, imediatamente, colocou-se à disposição de nossa Comissão.

A Prefeita Jussara Menicucci de Oliveira - Boa-tarde a todos. É um orgulho Lavras sediar esta audiência pública da nossa Assembleia Legislativa. Quero cumprimentar o Exmº Deputado João Leite e a Deputada Maria Tereza Lara, irmã da minha colega e amiga Maria do Carmo, Prefeita de Betim. Na pessoa de ambos, com respeito aos demais integrantes da Mesa, gostaria de cumprimentar todos os presentes, principalmente a imprensa, por divulgar a Assembleia, para que ela se torne, cada vez mais, pública. Segurança pública, hoje, é um tema que norteia a cabeça de nossos políticos. Nossa preocupação é realmente muito grande. Não adianta, hoje, fazer um programa de metas sem pensar na segurança pública como um todo. Está aqui o nosso Presidente da Câmara de Lavras, Evandro Castanheira Lacerda, que, representando todos os Vereadores presentes, poderá me ajudar a traduzir o trabalho diuturno entre o Legislativo e o Executivo da nossa cidade. É importante escolher esses temas, para que possamos, cada vez mais, fazer um trabalho preventivo. Esse trabalho, em Lavras, tem dado um resultado muito bom. Iniciamos, em alguns bairros, juntamente com a Secretaria de Educação, com a Secretaria de Promoção e Cidadania e com a Secretaria de Saúde um trabalho de parceria. Nessas secretarias, em nossas escolas, nos nossos centros administrativos dos bairros, nas associações de bairros e, nas igrejas, fazemos esse trabalho de prevenção. O resultado é cada vez melhor. Está aqui o Prof. Ricardo Pacheco, que pode comprovar como o

Código do documento: 801362

nosso programa Arremesso para um Novo Horizonte tem obtido um grande resultado. Tínhamos um local com grandes problemas de drogas e criminalidade. Como socióloga, advogada e prefeita mulher, acredito no trabalho de prevenção e na educação como uma fonte preciosa para que possamos atingir a paz social. Mas existem os problemas dessas crianças, jovens e adultos que estão na marginalidade. A Prefeitura faz um trabalho de prevenção, melhorando a iluminação pública da cidade, a interligação da iluminação com os bairros. Esse trabalho vem dando resultado para uma maior segurança. Os nossos índices, em Lavras, são muito bons, mas temos de melhorar o problema das drogas, que aflige não só o Brasil, mas todo mundo. Temos, aqui, essa prevenção, mas precisamos de ter um local para essas crianças. O Município tem levado essas crianças e jovens para centros fora desta cidade. Esse problema que minha amiga de Betim teve com a Câmara aconteceu também em Lavras. Quando fomos conseguir o terreno para a construção de um novo presídio na cidade, o daqui era para 60 presos, tivemos muitas dificuldades. Hoje temos 200 presos e essa cadeia, construída pela Secretaria de Defesa Social, melhorou muito a segurança e a recuperação dos mesmos. As pessoas que trabalham nesse presídio têm feito um brilhante trabalho. Houve uma aversão muito grande por parte de alguns segmentos da cidade e da Oposição, porque não entenderam que ali não seria uma penitenciária, pois Lavras é uma cidade ligada à educação, é a terra dos ipês e das escolas. Como lavrense, tenho certeza de que Lavras não poderia nunca ter uma penitenciária. A cidade não aceita a ideia, mas temos de ter um

presídio para os condenados, para os marginais, que podem se recuperar. Fazemos o trabalho preventivo, mas o corretivo torna-se necessário. Esperamos recuperar esses presos. Caso contrário, poderá a situação piorar cada vez mais. Acredito que, só por meio da educação, da paciência e do abraço, como nosso pastor fala, é que poderemos fazer algo melhor. Quero expressar meu respeito pela rede pública municipal, na qual estão envolvidas várias diretoras presentes nesta audiência. Essa é uma forma de trabalharmos. Por meio da educação, do afeto, do companheirismo, do envolvimento das famílias, porque a escola é o começo de tudo, vamos conseguir atingir a tão sonhada paz social.

Estão de parabéns nosso querido Deputado e todas as pessoas envolvidas com a segurança pública. Em Lavras, esta audiência torna-se um pouco diferente, porque estão envolvidos a saúde e a educação. O pessoal da Prefeitura quis vir aqui para fazer propostas, para trabalhar junto com a Assembleia, para elaborar metas e projetos, que serão depois colocados dentro do orçamento do nosso Estado, dentro do plano de metas, que já está sendo formatado. Assim, nosso Estado será o melhor para se viver. Parabéns a todos e muito obrigado por estarem em nossa cidade. Estamos orgulhos por recebê-los. Peço-lhes que levem nosso abraço à Prefeita de Betim, Maria do Carmo. Espero que ela consiga também isso, porque precisamos desses centros para recuperarmos aqueles menores, por quem temos tanto carinho, mas que já estão no caminho do mal. Nessa época de tantas informações, torna-se, cada vez mais difícil, para as famílias atenderem a seus filhos.

Isso é da época, do século em que vivemos, mas precisamos ter coragem suficiente para enfrentar esses problemas e resolvê-los. Aqui temos uma Câmara Municipal que trabalha efetivamente junto com o Executivo para o progresso da cidade. Muito obrigado e que Deus abençoe a todos e que esse trabalho seja coroado de êxito.

O Sr. Presidente - Agradeço as palavras da Prefeita. Quero, aqui, agradecer a presença dos Vereadores, do companheiro Vereador Hélio Haddad, a quem já tive oportunidade de receber em meu gabinete, sempre insistindo muito nessa questão da segurança pública em Lavras, como também o Gustavo. Agradeço-lhes a acolhida nesta cidade. Quero registrar a presença da Vereadora Helena Nogueira, do Vereador Marcos Cherem, Vereador Júlio de Melo. Esse povo me apertou na Câmara ontem, Prefeita. Eles não são brincadeira, estão acompanhando, de perto, esse assunto. Agradeço a oportunidade que me deram de fazer um debate tão rico na Câmara Municipal, ontem.

Com a palavra, Evandro Castanheira Lacerda, Presidente da Câmara Municipal de Lavras, a quem agradeço o apoio. Desde o primeiro momento, ele deu todo o apoio para a realização desta audiência. Ontem, na Câmara Municipal, deu-nos a oportunidade de fazer um grande debate.

O Sr. Evandro Castanheira Lacerda - Bom-dia a todos. Faço um agradecimento ao Deputado João Leite, à Deputada Maria Tereza Lara e a todas as pessoas envolvidas nessa questão tão séria, a segurança pública. Como foi dito na Câmara Municipal ontem, em todos os programas dos Prefeitos, havia uma parte destinada à educação e à

saúde, ficando a segurança pública em segundo plano. Mas, hoje, não é isso que vemos. Há uma preocupação mundial com o assunto e Lavras não é diferente. O Deputado poderá ver, pelos índices apresentados pela nossa Polícia Militar e pela nossa Polícia Civil, que fazemos parte da integração das polícias há dois anos e meio. Participo de todas as reuniões. Em Lavras, graças a Deus, temos índices fantásticos, que servem de exemplo para outros Estados e outras cidades de Minas, dada a competência das polícias e a junção do Poder Judiciário, que está sempre presente, do Ministério Público, da Prefeitura, que não mede esforços em todas as ações, criando as câmaras de segurança. Nossa Câmara tem aprovado todos os projetos relacionados a esse assunto. É um prazer muito grande estar aqui representando a cidade perante a Assembleia Legislativa. É muito bom ver este auditório cheio, com tantas pessoas preocupadas com a segurança pública. Cada um de nós tem o dever de melhorar a segurança pública de nossa cidade, quer denunciando um traficante que mora ao lado de nossa casa, quer ajudando a Prefeitura a melhorar a iluminação, quer ajudando a Câmara Municipal a tratar desse assunto. Algumas pessoas cercaram-me na rua e me disseram: "se o senhor votar a favor do presídio, ninguém vota mais no senhor". Tenho uma grande responsabilidade, pois estou, há 22 anos, na Câmara Municipal de Lavras, no 6º mandato. Tenho responsabilidade com o povo de minha cidade. Na hora em que for votar, saberei escolher o caminho certo. Sabemos que, hoje, em Lavras, temos mais de 250 mandados de prisão para serem cumpridos, mas não temos onde colocar essas pessoas. A Polícia Militar faz a

prisão, a Polícia Civil faz a sua parte, mas não temos onde colocar essas pessoas. Por isso, elas continuam fazendo as mesmas coisas em nossa cidade. Mas essa é uma discussão que deverá ser feita com a cidade, na hora certa. Saberemos colocar o nosso ponto de vista. Os Vereadores e a população de Lavras saberão da importância dessas questões para a segurança da cidade e da região. Desejo-lhes um belo trabalho. Estamos felizes, ao ver a participação da imprensa e de todos as pessoas envolvidas nesses temas importantes para a nossa comunidade.

O Sr. Presidente - Agradeço a participação do Presidente da Câmara.

Solicito ao Fernando que se cientifique do nome das autoridades que ainda poderão chegar. Se houver presidentes de conselhos municipais, por favor, queiram se identificar com o Fernando.

Antes de passar a palavra aos comandantes desta Região Integrada de Segurança Pública, quero registrar a presença do Cel. Carlos Roberto, nosso irmão, amigo e pessoa tão querida. Quero registrar, também, a presença do Delegado Regional de Lavras, irmão e amigo, Cléber José Tevidor. O alto comando da Polícia Civil está aqui. Quero registrar a presença do Dr. Wagner Martins, de Varginha, o Marco Aurélio, de Três Corações e o Dr. Hamilton, de Campo Belo. Agradeço a presença de todos os delegados regionais, que poderão nos ajudar nesta audiência pública.

Com a palavra, o Dr. Sadi, Chefe da Região Integrada de Segurança Pública, e o Maj. Francisco Assis de Oliveira, representando a Região Integrada de Segurança Pública e a Polícia Militar. Peço ao Maj. Assis que cite o nome dos outros policiais militares presentes, assim como o Dr. Sadi, caso eu tenha deixado de nomear algum policial da Polícia Civil. Ele não poderá correr o risco. Disseram que há vários Agentes de Polícia presentes. Achávamos que não eram, mas são Agentes de Polícia que estão ao nosso lado.

Com a palavra, o Dr. Sadi, da Região Integrada de Segurança Pública.

O Sr. Hafez Tadeu Sadi - Bom-dia ao nosso amigo, Deputado João Leite; à Deputada Maria Tereza Lara, nossa conterrânea de Betim, ou quase Betim, Belo Horizonte; aos membros que compõem a Mesa; aos colegas da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros; da Suapi e da Defensoria Pública; aos Vereadores; aos senhores e às senhoras e à imprensa escrita, falada e televisada. Para nós é um prazer, em nome do Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, Dr. Marco Antônio Monteiro, dos seus departamentos de Polícia e de todos os colegas regionais, estarmos presentes para mostrar um pouco do que é feito pela segurança pública na área da Polícia Judiciária. Faremos uma apresentação breve. O nosso amigo João Leite já nos conhece de outrora, estava com saudades desde Pouso Alegre. Agora repetiremos, mas em menor proporção porque a região diminuiu um pouquinho. Fizemos rápido, por isso não ficou da maneira como desejávamos: muito extensa. Ficou diminuta. Antes disso, com a

permissão de V. Exa., passarei a palavra ao Maj. Assis, que fará uma apresentação.

O Maj. Francisco Assis de Oliveira - Bom-dia a todos e a todas. Por intermédio do Deputado João Leite, da Deputada Maria Tereza Lara e da Sra. Jussara Menicucci, nossa Prefeita, peço permissão para cumprimentar todos os presentes.

Utilizaremos o PowerPoint para fazer a nossa exposição, pois nos dará possibilidade de ilustrar em números e em dados estatísticos a situação da segurança pública em Lavras. Na dobradinha com o Dr. Sadi, farei uma abordagem mais localizada a respeito das informações sobre a cidade de Lavras. O Dr. Sadi falará sobre a região integrada.

De antemão, agradeço a participação dos demais órgãos da cidade de Lavras. A nossa parceria tem sido muito forte, seja com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, com o Executivo Municipal, com o Legislativo Municipal, com o Judiciário e com todos os órgãos que compõem o sistema. Isso tem nos dado muita consistência nos trabalhos de prevenção criminal na cidade. Isso tem refletido na credibilidade dos órgãos. Uma pesquisa feita por encomenda da Secretaria de Defesa Social, em 2007, apresentou a grande credibilidade das forças de segurança pública no Estado de Minas Gerais, no Sul de Minas. A pesquisa foi feita especificamente em Lavras e em Pouso Alegre, onde mais se confia na Polícia e onde menos se tem medo dela. Ainda não tivemos acesso a essa pesquisa, mas uma nova pesquisa feita neste ano, também por encomenda da Secretaria de Defesa Social, apresentou

Lavras como a cidade que tem os melhores resultados no Estado de Minas Gerais. Entre as cidades pesquisadas, Lavras é aquela em que as pessoas mais confiam nas forças policiais. Isso, sem sombra de dúvida, é fruto dessa parceria mais ampla que envolve a Polícia, os diversos órgãos do sistema, o Município e a população de uma forma geral.

- Procede-se à apresentação de transparências.

O Maj. Francisco Assis de Oliveira - Essas são algumas informações sobre a forma como a Polícia Militar trabalha. Lavras sedia o 8º Batalhão, são 25 cidades, e sedia também a 6ª Região da Polícia Militar, o 6º Departamento, formando a 6ª ISP, que envolverá a região de Varginha e de Três Corações.

A área do nosso Batalhão são 25 cidades, envolvendo a região de Lavras, de Oliveira, de Perdões e de Campo Belo, essa especificamente sob a responsabilidade do 8º Batalhão.

Em Lavras, especificamente, a Polícia Militar trabalha com a cidade setorizada. Isso facilita muito porque aproxima o policial do cidadão. São quatro setores com sedes próprias, os policiais trabalham fixamente nesses locais. Isso dá possibilidade ao policial de conhecer as pessoas e de ser conhecido. Começamos a personalizar o serviço, na perspectiva de uma Polícia democrática e que trabalhe voltada para as demandas dos cidadãos. São quatro setores, cada um com sua sede. A construção disso foi feita em conjunto com a sociedade, com o grande apoio do Executivo e do Legislativo

Municipal. Temos as quatro sedes, cada uma delas com o Tenente responsável e com os seus policiais.

Isso tem nos propiciado índices de criminalidade interessantes. Essa é uma série histórica de 2000 a 2009 que mostra, na cor laranja, os dados do Estado de Minas Gerais e, em vermelho, os dados de Lavras, ano a ano. No caso de Lavras, há uma redução nos índices. Estamos falando do ano de 2009, com 46,71 ocorrências de crimes por grupo de mil habitantes. No Estado, a média é superior: são 50,6 por grupo de mil habitantes. São 5.060 ocorrências por grupo de 100 mil. O padrão internacional trabalha com 100 mil, mas trabalhamos com mil em função de cidades de menor porte. Estamos falando do índice de criminalidade, que envolve todas as ocorrências que configuram crime. Estamos falando de furtos, de uso de drogas, de crimes mais graves, como o roubo, de todo o conjunto de crimes. Na verdade, não é um índice ao qual se dá tanta atenção. Hoje, o índice a que se dá mais atenção, em Minas Gerais, no Brasil e em todo o mundo, é o índice de criminalidade violenta. São aqueles crimes em que há uma grave ameaça ou violência à pessoa. Estamos falando de assaltos, de homicídios e de estupros. São nove crimes que configurarão o índice de criminalidade violenta. Percebam que o Estado de Minas Gerais, a partir de 2003, apresenta uma queda muito agressiva. Chegamos a ter, em 2003, em torno de 550 crimes por grupo de 100 mil habitantes no Estado de Minas Gerais. Em 2003, isso é creditado, em grande parte, a uma política que começou a ser construída pelo governo do Estado, que envolve a integração das

Código do documento: 801362

forças policiais, o investimento no sistema prisional e a questão do menor. Várias medidas contribuíram para isso, e essa queda é gradativa. Em 2009, estamos em patamares inferiores aos de 2000, o que é muito expressivo. Hoje, Minas Gerais tem sido citada como exemplo para outros Estados da Federação por sua política de segurança pública.

No caso específico de Lavras, percebemos que o nosso índice é bem inferior ao índice médio do Estado. Vejam que, em 2009, o Estado de Minas Gerais teve uma média de 302 crimes por grupo de 100 mil habitantes. Em Lavras, fechamos com 83 crimes. Ou seja, a criminalidade violenta em Lavras é quase um quarto da média do Estado. É óbvio que temos cidades que têm picos, indo a 700 crimes por 100 mil. Lavras tem uma situação que chama a atenção, que é o ano de 2007, quando ocorreu o pico: foram 225 crimes violentos. Já que nossa população não chega a 100 mil habitantes, o índice foi de 2,5 por grupo de mil ou 250 crimes para 100 mil habitantes. Sofreu uma queda muito agressiva em 2008, caindo novamente em 2009. Nos primeiros cinco meses de 2010, continuamos com essa expressiva tendência de queda dos crimes violentos em Lavras.

Fizemos uma comparação de Lavras com outras cidades de mesmo porte e com as mesmas características, sobretudo com a sua vocação educacional e universitária. Comparando com Ouro Preto, percebemos que essa cidade teve uma incidência mais baixa, depois subiu e, em 2009, empatou com Lavras, com algo em torno de 46,71 por grupos de mil habitantes. Estamos falando de todos os crimes. Na

relação dos crimes violentos, podemos verificar como nossa cidade é tranquila.

Quanto ao total de crimes, a nossa realidade em 2009 é muito parecida com a realidade de Ouro Preto, mas muito mais tranquila do que a de Alfenas. Isso é importante porque o pai cujo filho vai para a universidade tem um indicador sobre a segurança para ajudá-lo a escolher uma cidade. No caso da criminalidade, a totalidade dos crimes é um número expressivo em relação a Alfenas.

A mesma comparação pode ser feita em relação a Viçosa. A nossa situação é muito parecida com a de Viçosa.

Itajubá, de 2007 para cá, tem dados idênticos aos nossos.

Campo Belo é uma cidade próxima, faz parte da nossa área e nos preocupa em relação à criminalidade. Lavras tem dados melhores do que Campo Belo.

Nos últimos anos, Lavras apresenta um índice de criminalidade menor do que Varginha.

Três Corações tem os dados próximos aos nossos.

Quando se trata de crimes, a questão é muito relativa. Há cidades em que existe uma cifra negra muito alta, ou seja, os crimes que acontecem e que não chegam ao conhecimento da Polícia são muitos por falta de credibilidade. Há alguns bairros na cidade do Rio de Janeiro em que a subnotificação chega a 90%. Ou seja, de 10 crimes, nove não são registrados. O índice de criminalidade é um indicador, mas não é tão importante. O indicador mais importante é o de criminalidade violenta, que são crimes de assalto, de estupro e de

homicídio, que normalmente são registrados. Quando ocorrem esses crimes, o cidadão não deixa de acionar o Estado para registro. É um indicador que tem muito mais credibilidade e muito mais confiança. É o que merece maior atenção em qualquer política séria de segurança pública, seja no Brasil seja no exterior.

Considerando esse indicador, na primeira comparação com Ouro Preto estamos abaixo, com 83 crimes por 100 mil habitantes em Lavras e 104 crimes em Ouro Preto. Nossa cidade está melhor do que Ouro Preto.

Em relação a Alfenas, percebam que, enquanto temos 83 crimes por 100 mil habitantes, Alfenas tem uma experiência de 230 crimes por 100 mil habitantes. Isso é mais do que o dobro de Lavras. Queremos demonstrar que temos uma política muito consistente. Certamente temos muito a crescer e a construir, mas temos indicadores que podem deixar a nossa população muito tranquila, sobretudo quando a comparamos com outras cidades do Estado e com outras cidades que têm características parecidas com as nossas.

Viçosa tem uma universidade importante. É uma cidade com características educacionais. Em 2009, eles tiveram uma experiência de 243 crimes por 100 mil, comparados com os 83 crimes por 100 mil, em Lavras.

Itajubá tem 135 crimes. Lavras tem 83.

Campo Belo teve uma queda expressiva até 2008. No ano passado, houve uma ascensão expressiva no número de crimes e, agora,

nos cinco primeiros meses de 2010, volta para patamares mais aceitáveis, mas os nossos dados são melhores.

Varginha tem uma experiência muito positiva de redução da criminalidade, mas os nossos dados também são favoráveis se comparados aos de Varginha.

Três Corações tinha dados melhores em 2007, mas os dados atuais de Lavras são melhores do que os de Três Corações.

Este é um dado interessante. O presídio de Lavras é a cadeia pública, um estabelecimento acanhado com capacidade para 51 reclusos e que hoje tem mais de 200 pessoas. Em 2007, esse estabelecimento foi reformado. Ele ficou inativo de março a novembro. Percebam essa série histórica de criminalidade violenta em Lavras, que se inicia em janeiro de 2007 e vai até outubro de 2009. Esses foram os períodos mais críticos. Há uma tendência de queda muito expressiva nos últimos três anos. Mas observem o pico entre março e agosto de 2007, que foi o pior mês de criminalidade violenta em Lavras, quando houve 31 crimes violentos, ou seja, um por dia. Isso é assustador em se tratando de Lavras, que possui a média de cinco, sete crimes por mês, um crime a cada quatro, cinco dias. Nessa época, ocorreu um por dia. Um fator que acreditamos ser de extrema importância foi exatamente... Observem que no final do ano, em dezembro, isso já começa a reverter. A partir de 2008, foram adotadas uma série de medidas, além de a cadeia ter voltado a funcionar. As forças policiais e vários outros órgãos envolvidos no sistema tomaram uma série de medidas e, então, começamos a experimentar um índice

muito mais aceitável: sete, nove, cinco crimes por mês contra trinta e um em agosto de 2007. Quero mostrar que, exatamente no período em que não havia presídios, cadeias, lugar para recolher os infratores, a criminalidade violenta explodiu na cidade. Isso ocorreu por um motivo simples: os crimes graves normalmente são cometidos por contumazes, que é aquele indivíduo que comete um crime, depois outro e mais outro. Se esses indivíduos não forem recolhidos, se não tiverem a certeza de que, se apanhados na prática do crime, serão sentenciados e que efetivamente cumprirão a pena, certamente reincidirão. Há estatística que demonstra que cerca de 75% dos crimes violentos são cometidos por egressos no sistema, indivíduo que fugiu ou que saiu por um motivo ou outro e não foi preparado adequadamente para o retorno ao convívio social.

Por isso, queremos prestar o nosso depoimento, pois vivenciamos a questão da segurança pública no seu cotidiano. Hoje é fundamental que uma cidade polo como Lavras possua o seu presídio, tenha onde recolher os seus infratores. Não estamos dizendo para recolher os presos de Uberlândia nem de Juiz de Fora em Lavras, mas, os infratores de Lavras. Há uma outra virtude importante, um trabalho fantástico realizado hoje pela Suapi, nosso sistema prisional, em que o cidadão paga efetivamente pelo crime que cometeu e é preparado para o retorno ao convívio social, com escolas profissionalizantes, trabalho, ou seja, é preparado para voltar com outras perspectivas. Estamos falando de um tratamento mais digno para o ser humano que está recolhido. Tenho ouvido muito cidadão dizer que penitenciária é

como a de Uberlândia e de Unaí, que o preso de Lavras vai para Unaí. É bonito dizer isso quando falo de um preso parente de outro. Não devo esquecer que posso ter esse problema em minha família. Será que eu gostaria que um parente meu que, porventura, se envolvesse em um crime fosse para Unaí? Ou gostaria que ele ficasse por aqui, perto? As experiências de sucesso mundo afora apontam para o recolhimento do infrator próximo aos seus familiares. Esse debate é importante. É fundamental um evento como este para que informações qualificadas sejam trazidas à baila para discussão entre aqueles que decidirão sobre as políticas públicas.

Se consideramos outros tipos de crimes, no período entre 2009 e 2010, houve uma queda expressiva nos crimes contra a pessoa. Estamos falando sobre a totalidade dos crimes: crimes contra o patrimônio, sobretudo furtos e arrombamentos - houve uma queda significativa; crimes contra os costumes; ocorrências de trânsito - houve uma pequena queda, mas constitui uma queda importante. A partir do momento em que o número de veículos aumenta, há tendência ao aumento de ocorrências de trânsito, mas houve redução e ocorrências de drogas. Então houve uma queda nos principais indicadores da cidade de Lavras.

A cidade de Ijaci, próxima daqui, também tem apresentado resultados positivos. Luminárias, da mesma sorte. Essas são as cidades que compõem a área integrada de segurança pública de Lavras. Também Ribeirão Vermelho. Essa é uma breve explanação, apenas para demonstrar a percepção da Polícia Militar em relação a essa

problemática, como temos vivido o cotidiano, que é com grande esforço, dedicação e vocação para a segurança do cidadão. Buscamos construir uma polícia democrática com foco no cidadão. Esse é um trabalho de parceria. Tem havido uma perfeita integração. Lavras é referência, exemplo para outras regiões do Estado, em termos do excelente relacionamento que há entre as forças policiais, o Município, o Legislativo e o Ministério Público. Na nossa percepção, os principais problemas enfrentados por Lavras hoje são a necessidade urgente da construção de um presídio, de um local mais amplo para receber os infratores. Precisamos também de um local adequado para o recolhimento de adolescente e infratores. É uma tendência o cidadão infrator utilizar menores para perpetrar delitos, seja contra patrimônio seja tráfico de drogas seja homicídios. Esse é um problema grave. Temos experiências muito concretas em Lavras e Campo Belo. No Sul de Minas, falta um centro de internação para os adolescentes infratores. Em Lavras, há casos de adolescentes infratores serem apreendidos, pelas forças policiais, por três vezes na mesma noite. Por não haver um local para recolhê-los, eles são apreendidos e soltos. Minutos depois, são apreendidos novamente. Houve casos aqui de tentativa de homicídio e de assalto a mão armada, em que o infrator assaltou recentemente um ônibus ao lado da Prefeitura. Aqueles menores assaltaram o ônibus e foram presos meia hora depois; uma hora depois estavam novamente nas ruas. Isso gera um desconforto muito grande na população e nos próprios policiais, que se sentem

como se estivessem enxugando gelo. Então precisamos de um espaço para o recolhimento de adolescentes infratores.

Por fim, também reforçando as palavras da nossa Prefeita Jussara, nós, sociedade, precisamos construir com os diversos segmentos uma política consistente. Há trabalhos muito positivos realizados pela Prefeitura e vários projetos interessantes realizados por voluntários, igrejas, pela Polícia Militar com o Proerd e com o programa Jovens Construindo Cidadania - JCC -, programa voltado para os jovens, que está chegando agora. Precisamos nos unir para construirmos políticas voltadas para a prevenção das drogas, da repressão e para o tratamento dos drogados. Deixamos essas questões como uma sugestão para serem debatidas e construídas soluções por parte da sociedade. Em lugar nenhum do mundo se pensa em política de segurança focada apenas em forças policiais. É preciso que haja participação dos diversos segmentos, dos diversos atores sociais e da comunidade de uma forma em geral.

Eu deixarei a mensagem que precisamos efetivamente trabalhar pela promoção da paz, mas vamos trabalhar em conjunto. Ficam aqui os agradecimentos do Comando-Geral da Polícia Militar, através do Cel. Renato Vieira, do nosso Comandante Regional Cel. Wilson Júnior, que não pôde estar presente por questões pessoais, por ter agendado um compromisso anteriormente. Queremos nos colocar, no 8º Batalhão, inteiramente à disposição de toda a população de Lavras para aquilo que for preciso. Na Polícia Militar, estaremos

inteiramente à disposição. Muito obrigado, Deputado. Muito obrigado a todos pela atenção. (- Palmas.)

O Sr. - Agora chegou a nossa vez. Pedirei permissão ao Presidente João Leite que permaneça sentado para melhor visualização de vocês. Peço também desculpas por estar de costas para vocês, da plateia. Tentaremos também ser breves.

Temos aí o demonstrativo de funcionamento e produtividade do 6º Departamento da Polícia Civil. É o que fazemos em termos de polícia judiciária. Primeiro, tenho de contar a historinha, pois todo mundo já ouviu falar em integração, mas não sabe como ela nasceu. Com a criação do Sistema Único de Segurança Pública, implantado pelo Plano Nacional de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, em 2003, iniciou-se o processo de integração da Polícia Civil e da Polícia Militar com os demais órgãos do sistema de defesa social.

Esses órgãos de defesa social praticamente são a Defensoria Pública, a Subsecretaria de Assuntos Prisionais, o Corpo de Bombeiros e a Secretaria da Defesa Social que abrange todas essas pessoas. Essa integração teve como primeira ação a criação da Secretaria Estadual de Defesa Social, que ficou responsável pela coordenação, acompanhamento de todo esse processo gradual então iniciado.

Temos alguns eixos que orientam as filosofias das Áreas de Integração de Segurança Público - AISP. O que precisamos para montar um melhor esquema de segurança pública? A estruturação descentralizada atendendo às peculiaridades de cada local buscando a

repressão qualificada. Aqui em Lavras, por exemplo, temos uma área integrada de segurança pública.

Os crimes que acontecem aqui em Lavras eles serão diferentes dos que acontecem em Luminária, em Campo Belo e em Três Corações. Fizemos a área integrada de segurança pública, com as metodologias integradas de trabalho de investigações das ações policiais preventivas. Temos mesmo de ter estudos integrados e trabalharmos juntos e coesos. Temos de traçar os planos, o planejamento para termos as nossas ações, para surtirem praticamente eficiência e eficácia. Senão não adiantará.

Temos aferição dos serviços policiais por resultados qualitativos e quantitativos, buscando maior eficiência e eficácia nas investigações. O que temos hoje? Uma quantidade enorme de serviço. Mas dentro dessa quantidade buscamos alguma qualidade em alguns tipos de crimes. Como vocês podem ver, Minas Gerais é exemplo para toda a Nação nos crimes de sequestro. Aprendemos muito com o crime de sequestro e, graças a Deus, ele está praticamente banido do nosso Estado.

A participação da comunidade em todos os níveis com participação real em reuniões periódicas: fico muito feliz novamente porque estou vendo aqui a sociedade participando. Vejo o Conselho de Segurança Pública - Consep. Estou vendo o Nepomuceno de Lavras. Para nós, isso é importantíssimo porque queremos ver o que está afligindo a comunidade e o que eles podem trazer para nós no sentido construtivo.

A reunião no mesmo espaço da Polícia Civil e da Polícia Militar que atuem na mesma área territorial. O que nós temos hoje? Temos um quartel e uma delegacia. O que estamos visando buscar com a integração? A área integrada de segurança pública no mesmo local. Compartilhamos as informações com a Polícia Militar e com o Corpo de Bombeiros. E a Polícia Civil sempre ali juntamente com os colegas buscando os melhores resultados.

O Estado foi dividido em 16 regiões integrais de segurança pública. Vemos ali o primeiro departamento em Belo Horizonte, o segundo, em Contagem, o terceiro, em Vespasiano, o quarto, em Juiz de Fora, o quinto, em Uberaba, esse menorzinho aqui é o nosso, de Lavras, o sétimo, em Divinópolis, o oitavo, em Governador Valadares, o nono, em Uberlândia, o décimo, em Patos de Minas, o décimo-primeiro, em Montes Claros, o décimo-segundo, em Ipatinga, o décimo-terceiro, em Barbacena, o décimo-quarto, em Curvelo, o décimo-quinto, em Teófilo Ottoni, o décimo-sexto, em Unaí, o décimo-sétimo, em Pouso Alegre e o décimo oitavo, em Poços de Caldas. Hoje toda a área da Polícia Civil coincide com a área da Polícia Militar. Na verdade, nós é que coincidimos com a área da Polícia Militar.

O que temos na nossa região integrada de Lavras? Temos o 6º Departamento de Polícia Civil, a 6ª Região de Polícia Militar e o 9º Batalhão de Bombeiros Militar. Quanto ao 6º Departamento de Polícia Civil, temos uma diferença em relação à Polícia Militar, porque temos quatro regionais dentro dos nossos dois batalhões e uma companhia independente. Campo Belo e Lavras: é um batalhão só que compõe Lavras

na estrutura da Polícia Militar. Temos também a Companhia Independente de Três Corações e o Batalhão de Varginha.

Temos três Asisp - em Lavras, em Campo Belo, em Três Corações e em Varginha. Essas últimas aqui são recém-criadas. E temos uma Aisp em Lavras, a 111.

Veremos agora a produtividade da Polícia Civil na apuração de crimes violentos contra a vida. Nos homicídios tentados, tivemos nove. Deixo bem claro que isso é em uma população de quase 1.000.000. É de 800 a 900 mil habitantes que está abrangendo toda a nossa região de Três Corações, Varginha, Lavras e Campo Belo.

Quanto a homicídios consumados, 17, em toda essa área.

Quanto a roubo, tivemos 122. No caso, temos a diferença porque aglutinamos o roubo a mão armada com o roubo com qualquer outro instrumento ou qualquer outro tipo de violência.

Quanto ao crime de latrocínio, tivemos três. Infelizmente, tivemos um em Jaci, outro em Três Corações e outro em Campo Belo. Tivemos também um sequestro em Campo Belo.

O que tivemos de produtividade em termos de inquéritos concluídos e remetidos à Justiça? No mês de janeiro, enviamos 658 inquéritos concluídos, relatados, indicando as pessoas para a Justiça, na qual serão processadas e julgadas.

No mês de fevereiro, somados com 690 casos tivemos 1.348 inquéritos remetidos à Justiça. No mês de março, tivemos 2.186. Então foram mais 838. Em abril, foram 3.158 inquéritos. Os senhores podem

detectar que cada vez produzimos mais. O valor acumulado é esse vermelho; e o valor mensal é o azul.

Termos circunstanciados de ocorrência: para os que não sabem termos circunstanciados de ocorrência são os crimes de menor potencial ofensivo, ou seja, lesões corporais leves, contravenções, perturbações do sossego. São os crimes menores. Tivemos remetidos para a Justiça 964, no mês de janeiro e 1.013 somando 1.977 e, em fevereiro, 1.138 somando 3.113. Em abril, remetemos mais 1.142, totalizando 4.255. Somemos isso com o número de inquéritos. Quantas pessoas indicamos para a Justiça até o dia 30 de abril? Cerca de sete mil e tantas pessoas foram indiciadas, indicadas para a Justiça como autores de crimes.

Aqui vemos o que temos armazenado e represado dentro das nossas unidades policiais. No mês de janeiro, tínhamos 6.698 inquéritos em andamento. Em fevereiro, o número baixou um pouco, ficando em 6.478. Em março, novamente deu um pulo chegando a 6.939. Em abril, tivemos 7.015. Isso temos represado dentro das nossas unidades policiais. É muita coisa.

Quanto à produtividade, é realizado em número de oitivas, que são declarações e depoimentos tomados pela Polícia Civil. De janeiro a abril, tivemos 26.662 oitivas. O número de intimações realizadas foi de 35.172; e o número de ordens e serviços realizados foi de 38.330. Ordem de serviço é praticamente toda diligência que é feita pela Inspetoria ou pelos agentes de polícia que vão a locais de crimes, intimam pessoas ou localizam coisas.

Houve 23 interceptações telefônicas.

O número de mandados de buscas e apreensões expedidos e cumpridos foi de 476. Houve 267 mandados de prisão cumpridos. Ressalto aqui o que foi dito pelo nosso amigo Evandro Castanheira "Chapisco" para os mais íntimos, que já temos duzentos e tantos mandados de prisão a serem cumpridos em Lavras. Isso aqui foi praticamente na região.

Em Lavras, se fosse cumprir todos os mandados de prisão, não teríamos mais espaço físico.

Quanto aos certificados de registro de veículos - para os que não sabem, a Polícia Civil hoje tem o Departamento de Trânsito - o número de certificados expedidos foi de 19.376.

Quanto às carteiras de identidade - o Instituto de Identificação pertence também à Polícia Civil, onde há gente nossa trabalhando - o número de carteiras expedidas foi de 10.860. O número de perícias realizadas foi de 2.024. O número de laudos do Instituto Médico Legal expedidos foi de 904. Esses dados são das quatro regionais.

Número de habilitação, número de exames de legislação. O exame de trânsito de prova para veículo é dividido em duas etapas: a parte teórica e depois a parte prática, que é a direção. Número de exames de legislação realizados - 8.611. Número de exames de direção realizados: 8.361. Número de carteiras nacionais de habilitação expedidas foi de 10.191.

No caso, há mais gente no trânsito. Por isso, o Acir tem razão ao dizer que a frota está crescendo e o número de motoristas acompanhando. Hoje o que temos de contingente da Polícia Civil? Temos quatro Delegados Regionais, 35 Delegados, 55 Escrivães, 22 Peritos Criminais, 12 médicos legistas e 133 agentes. O nosso quadro de policiais civis são 261 funcionários para produzir essa gama de serviços que vocês estão vendo. Deputado João Leite, estamos extremamente sobrecarregados.

No entanto, como se não bastasse isso, já estamos com os pedidos de exonerações em vista que, até agora, já totalizaram quatro. Já tem uma colega Delegada nossa que está pedindo exoneração, como já pediu a nossa colega Mariana, de Oliveira. Estamos perdendo os nossos policiais civis. Mais dois Escrivães já estão saindo.

Temos aí o quadro de servidores atuais e as necessidades. O que temos hoje na sede do seu departamento? Temos um Delegado, que sou eu, o chefe, um Escrivão. Não temos nenhum agente, mas necessitamos de 18. Não temos nenhum legista e nenhum perito. O que estamos precisando urgentemente para o departamento? Estamos precisando de 18 agentes de polícia.

Na Delegacia Regional de Polícia de Lavras, temos aí o nosso quadro. Temos a Resolução nº 7.197, que prevê o quantitativo mínimo de policiais civis. Está em torno de 18 mil homens. O que temos aqui hoje de quadro de Delegados dentro de Lavras? Temos 10 Delegados. Estão faltando mais dois. E temos essa baixa que acontecerá. Infelizmente perderemos mais um.

Quanto aos Escrivães de Polícia, a Resolução prevê 19, mas temos 15. Quanto aos agentes, necessitamos de 76, mas temos 38, a metade. Quanto aos Médicos-Legistas, temos dois, mas precisamos de quatro. Quanto aos peritos, temos cinco. Está praticamente bom, mas precisamos de seis.

As necessidades estão nesse canto aqui. Precisamos de mais dois Delegados, mais quatro Escrivães, mais 38 agentes, dois médicos legistas e um perito.

Em Varginha, temos hoje 14 Delegados e precisamos de 15. Escrivães, temos 20 e 21 o quadro está praticamente completo. Temos 41 agentes, mas necessitamos de 83. O quadro dos legistas está completo. No quadro de peritos, falta um. As necessidades estão no canto direito aqui. É um Delegado, 42 agentes e um perito.

Em Três Corações, temos nove Delegados, mas precisamos de 10. Quanto aos Escrivães, temos sete, mas necessitamos de 12. Quanto aos agentes, temos 31, mas necessitamos de 48. Quanto aos legistas, falta um. Quanto aos peritos, está sobrando um.

Em Campo Belo, temos a situação pior e mais delicada. É uma região que envolve Carmópolis, Passa Tempo, Piracema, Oliveira, Campo Belo, Candeias e Cristais, temos seis Delegados para cobrir toda essa região. Enfim, precisamos de 11. Quanto aos Escrivães, temos 10, mas necessitamos de 14. Quanto aos agentes, temos 23, praticamente um terço e necessitamos de 57. Quanto aos médicos-legistas, temos três, mas necessitamos de mais um. O quadro de peritos está completo.

Vejam os total de necessidade da área. Quanto aos Delegados, temos 40. A Resolução prevê 37. Então estão sobrando três. Quanto aos Escrivães... precisamos de nove Delegados no Departamento e 13 Escrivães.

O Sr. Hatez Tadeu Sadi - Quanto aos escrivães, precisamos de um número que cubra as necessidades. Delegados: 9, no departamento; escrivães: 13; agentes, 149; médicos legistas, 4; peritos, 2. Esse é o mínimo necessário para dar conta do serviço que está acumulado.

Esta é a antiga Região Integrada de Segurança Pública, quando havia 9 delegacias regionais e praticamente 2.500.000 habitantes, mas foi fracionada. A situação atual é esta: Campo Belo, nesta área, Lavras e Três Corações.

Que estratégias nos trouxeram êxito? O Projeto 48 Horas, que mobilizou grande parte dos policiais, incluindo os militares, civis e bombeiros. Todos estavam juntos tentando, no menor espaço de tempo, apurar os crimes violentos. Foi um sucesso enorme em Pouso Alegre, por exemplo, onde a criminalidade reduziu bastante. Não digo que as taxas de homicídio e latrocínio foram a zero, mas foram a quase isso.

As operações integradas são as realizadas em conjunto entre as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros e as demais instituições de defesa social, como a Suapi, o que gera êxito.

Essas são operações compartilhadas, aquelas em que há troca de informações nas delegacias regionais. Os departamentos de execução

de mandados utilizam recursos humanos das regionais. Isso é feito com a supervisão do coordenador de operação da Polícia Judiciária, Dr. Ado(?). Às vezes, deslocamos alguns helicópteros. Como os senhores podem notar, no Sul de Minas, as operações são compartilhadas.

Outras estratégias adotadas para alcançar o maior número de produtividade - tendo em vista que o nosso produto é a investigação em consequência de inquéritos policiais e termos circunstanciados -, foram a troca de informações e o conhecimento em todos os organismos policiais e de instrução ligados à defesa social.

Realização de convênios com faculdades e Prefeituras: hoje, quem realmente nos ajuda muito são os universitários e os funcionários públicos municipais. Munimos os delegados regionais de todas as informações referentes aos critérios de produtividade e metas, para que sejam agentes multiplicadores da ...(- Inaudível)... as demais necessidades suplantadas nas áreas de cada regional.

Remessa de todos os termos circunstanciados da Justiça, sem levar em consideração as limitações das pautas de audiência, preenchendo-as, se preciso, para os anos seguintes, não permitindo que qualquer responsabilidade recaia sobre a polícia.

Realização de diligência aos perseguidos nos TCOs e na forma da lei, não de mera formalidade, levando os problemas estruturais ao conhecimento dos magistrados. Essas estratégias são adotadas para aumentar a produtividade.

Verificação, em cada unidade, dos procedimentos que porventura sejam prescritos. Infelizmente, não temos êxito em

descobrir os autores em todas as investigações, por isso, algumas ficam paralisadas, esperando o prazo de dois anos. Pedimos que sejam remetidas à Justiça e tão logo tenhamos novas pistas, os inquéritos são novamente solicitados.

Os inquéritos policiais ...(- Inaudível...)... há mais de dois anos, salvo homicídios e crimes graves, devem ser relatados e emitidos à Justiça. Essa é outra estratégia que adotamos para desafogar e deixar menos represado o número de inquérito nas nossas unidades.

Manutenção de equipes de apoio de dois agentes durante os plantões para atender ocorrências e dar pronta resposta à sociedade, com prestação de atividade de Polícia Judiciária. Alguns recordam que, nos finais de semana, quando acontecia um furto, a Polícia Civil ia pessoalmente até a residência das pessoas para fazer os primeiros levantamentos. Realizamos intimações pela equipe de prontidão durante finais de semana, feriados e em dias comuns até às 21 horas.

Impedimentos e dificuldades: inexistência de Delegados de Polícia, com efeito de fixo, Delegados de mais equipes, em vários Municípios; conseqüente deslocamento rotineiro do agrupamento da polícia entre os Municípios, tendo em vista que, infelizmente, não temos equipes, policiais nem Delegados lotados em alguns Municípios. Ao cumprirem o Código de Processo Penal, eles praticamente se dirigem ao local onde há autoridade policial, ou seja, o Delegado. Além disso, há falta de estrutura embrionária do departamento de polícia - foi criado um material obrigando ao improvisado(?), que sempre deixa a

desejar -; falta de prédio para sediar a região integrada, o que dificulta a materialização da integração pretendida; necessidade de dotação orçamentária para os departamentos que sobrecarregam as delegacias regionais onde estão provisoriamente alocados, impedindo o bom funcionamento de ambos, departamento e delegacia regional; maior autonomia às chefias de departamentos, nos moldes da Polícia Militar, para movimentação de pessoal e alocação de recursos, inclusive viaturas; não existência, na sede do departamento, de uma central de material e logística para atendimento da área, como armamento, munição, colete, algemas, suplementos de informática; falta crônica de policiais e servidores administrativos, agravada por aposentadorias e ações devido ao baixo salário, sendo que muitos fazem da polícia um degrau para outras carreiras, o que acarreta baixa produtividade, devido ao descompromisso com a corporação; necessidade de implantação de planos de carreira que preveem promoções horizontais, o que já está sendo sanado; falta de regulamentação do cargo de chefe de departamento e suas atribuições - hoje, a resolução exige analogia com (- Inaudível.) defasadas, incluindo a própria Lei Orgânica da Polícia Civil; carga horária de trabalho desumana, na medida em que a lei prevê 40 horas semanais, mas todos trabalham muito mais, o que causa descontentamento e mandado de segurança; prejuízo na criação de mais uma Cisp - perdoem-me os colegas da Polícia Militar, mas vejo necessidade de criar uma companhia independente em Campo Belo; cadeias e presos ainda sob a responsabilidade da Polícia Civil, retirando policiais de sua função

constitucional, que é a investigação - cito os exemplos de Campo Belo, Bom Sucesso e Cambuquira -; remuneração aquém da realidade, para ampliação de competência e serviços prestados fora da sede de lotação do servidor, praticamente sem diária e reembolso de despesas.

Quais são as propostas? O que precisamos hoje? Aumento do número de efetivos da Polícia Civil para 18 mil - temos hoje 11 mil integrantes -; realização anual de concurso para todas as carreiras, de forma regionalizada e descentralizada; promoção de formação, nos departamentos, segundo os moldes das regiões militares, no mínimo, de agentes e escrivães; autonomia administrativa e financeira para a Polícia Civil, descentralizando-a para os departamentos, sem prejuízo da superintendência-geral, como órgão da administração superior da instituição; criação de norma que vincule o policial à instituição, evitando pedidos de exoneração sem indenização ao Estado - alguns policiais não ficam sequer quatro, cinco meses -; nova política salarial para a Polícia Civil, condizente com a grandeza do Estado - a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Suapi, a Defensoria Pública também querem o mesmo -; manutenção de equipes de plantão com Delegados de Polícia, Escrivães e três agentes na sedes das delegacias regionais, independentemente de ser dia de expediente normal, evitando a sobrecarga de trabalho e atendendo as ocorrências no calor do momento.

Em resumo, era isso o que tinha a mostrar-lhes. Agradecemos a colaboração de todos e pedimos desculpas. Em nome do Chefe da

Polícia Civil, agradecemos a oportunidade de mostrar o que fazemos e as dificuldades que encontramos.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Muito obrigado, Dr. Sadi, pelas informações. Agradecemos ainda ao Cap. Beethoven pela contribuição importante. O Dr. Gustavo está ansioso para ter uma cópia dessa apresentação. Se for possível, passarei a palavra ao Ten. Ademir Penido da Silva, que representa o Corpo de Bombeiros Militar.

O Ten. Ademir Penido da Silva - Bom-dia a todos. Com a permissão do Presidente, Deputado João Leite, gostaria de mostrar a todos que o Corpo de Bombeiros, assim como as Polícias Militar e Civil e os órgãos integrantes do sistema de defesa social, também participa desse processo de segurança pública. Desculpem-nos, porque não faremos uma apresentação como a dos outros expositores.

A 6ª Risp é composta pela Polícia Militar, cuja regional está em Lavras, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros, cujo batalhão é sediado em Varginha. A nossa preocupação também é muito grande em relação aos índices de criminalidade, mas o Bombeiro tem uma particularidade, como diz o seu próprio lema: "Bens alheios e vida a salvar". A finalidade principal da Risp são as vidas humanas. Quem mais que nós pode dizer que estamos preocupados com isso? Não estamos envolvidos diretamente com a criminalidade, mas uma situação que nos assusta não somente em Lavras, já que estamos falando de região integrada, são os acidentes. Às vezes, perdemos mais vidas em acidentes do que em crimes propriamente ditos. Estamos trabalhando, fazendo campanhas e projetos, para evitar que esses acidentes

aconteçam, assim como as Polícias Militar e Civil trabalham para diminuir a criminalidade. O Dr. Sadi disse que os crimes em Lavras diminuirão. Nós também estamos desenvolvendo ações para que isso ocorra.

A perda de vidas no trânsito também nos preocupa. Essa não é uma realidade apenas da nossa região, mas de todo o Brasil. Apesar de não estarmos diretamente envolvidos com a criminalidade, estamos prontos para apoiar e participar ativamente de todas as atividades desenvolvidas na nossa região. Tenho a certeza de que, com esta reunião, com o apoio e a participação da comunidade, estamos no caminho certo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Dr. João Carlos Giroto, Delegado da Polícia Federal, representando o Dr. Jerry Antunes de Oliveira, Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais.

O Delegado João Carlos Giroto - Bom-dia a todos. Cumprimento o Deputado João Leite e os demais integrantes da mesa. Senhoras e senhores, serei breve, tendo em vista o adiantado da hora.

Inicialmente, é necessário fazer um panorama da atribuição da Polícia Federal em relação à apuração de ilícitos de natureza penal. Constitucionalmente, a função da Polícia Federal é apurar crimes, em detrimento de bens, serviços ou interesses da União. Por exemplo, um grupo criminoso vem perpetrando fraudes contra o INSS. A atribuição investigativa desse ato ilícito é da Polícia Federal.

De igual forma, crimes ambientais em área de preservação federal - como é o caso da Serra da Mantiqueira - são de atribuição da Polícia Federal; e originariamente o combate ao tráfico ilícito de drogas e entorpecentes. O combate ao tráfico de drogas, específico da Polícia federal, restringe-se àquelas situações onde há tráfico internacional ou interestadual. Contudo, não perdemos a atribuição diante de atividades de traficância. Onde identificamos uma situação de tráfico, passamos a investigar, e, posteriormente, detectamos atuação interestadual. Na maioria dos casos, a droga não é produzida no Estado de Minas Gerais ou no território brasileiro, com raras exceções da maconha, que há produção em pequena escala na região Nordeste.

A Delegacia de Polícia Federal de Varginha cobre uma área de 137 Municípios, começando ao Norte, na região de Lavras; ao Sul, na cidade de Extrema, fronteira com São Paulo; ao Leste, em Bocaina de Minas, fronteira com Rio de Janeiro; a Oeste, em Passos. Ou seja, trata-se de uma área bastante vasta, cabendo à Delegacia de Varginha a atribuição de crimes nessa região.

Recentemente, em Minas Gerais, foi inaugurada mais uma Delegacia de Polícia Federal, em Divinópolis. Atualmente o Estado conta com sete Delegacias de Polícia Federal, em que são desenvolvidas, de forma pontual, operações policiais, combatendo ilícitos de atribuição constitucional a nós deferida. No ano passado, foram três grandes operações. É um trabalho que vem sendo desenvolvido de maneira cautelosa, contínua, objetivando o quê?

Identificar todos os integrantes do grupo, acompanhar suas ações e, ao final, desencadear as medidas de polícia judiciária pertinentes, com prisão, buscas e restrição de bens, dependendo do tipo de ilícito.

A preocupação da Polícia Federal (- Inaudível.) é com o aprimoramento da legislação, o aprimoramento do inquérito policial, de forma que ele seja uma peça mais rápida, de trâmite menos burocratizado no aprimoramento da legislação em natureza de prisão; ou seja, com possibilidade de transformar o delito de corrupção em crime hediondo. Embora essa matéria não esteja afeta ao Poder Legislativo Estadual, tendo em vista que a competência para legislar sobre matéria penal de processo penal é privativa da União, é importante trazer esse tema para a comunidade, para o cidadão que tem também obrigação constitucional de zelar pela segurança pública. Somente com esses aprimoramentos e com o avanço tecnológico das Polícias - tanto Militar como Civil, Federal, Polícia Rodoviária - é que se terá uma apuração mais rápida e uma colheita de provas mais eficiente. Recentemente saiu matéria de uma pesquisa sustentando o exagerado número de interceptações telefônicas conduzidas no Brasil, atribuindo a todos os órgãos de segurança pública, Polícia Civil, Polícia Federal. No Brasil, há aproximadamente 190 milhões de linhas telefônicas. O número de linhas interceptadas chega a aproximadamente 410 mil, número extremamente pequeno se compararmos com países europeus; ou seja, essa visão deturpada de uma invasão exagerada da privacidade tem de ser contornada. A interceptação, como outros meios

investigativos, possibilita que as polícias tragam provas e consigam desvendar ilícitos de natureza mais grave. Daí a necessidade também de conscientização da população em relação a formar uma linha pró-ativa, já que os órgãos policiais necessitam de medidas mais ágeis e mais fortes para o combate à criminalidade organizada. Há o exemplo da Itália, onde somente por intermédio de leis mais fortes, mais ágeis, conseguiu-se derrotar a máfia. Temos de partir para essa visão pró-ativa, de que os organismos policiais, por intermédio de uma legislação mais ágil, mais eficiente, possam fazer frente à criminalidade, que hoje é bastante preocupante.

Para finalizar, a Delegacia de Polícia Federal de Varginha realiza também muitas atividades de apoio a outros órgãos. Há atividade de fiscalização em propriedades rurais, onde há necessidade de apoio da Polícia Federal nesse tipo de trabalho. Por quê? Porque haverá reticência por parte do proprietário em impedir que o órgão fiscalizador, que detém o poder de polícia administrativa, adentre aquele imóvel. Então, são atribuições extremamente amplas que temos a desenvolver - além de trabalhos desenvolvidos em comunhão de esforços com as Polícias Militar e Civil. Essa interação, essa troca de informações entre os órgãos policiais é extremamente necessária e salutar para a colheita de uma melhor prova de natureza processual. Agradeço a todos, pela oportunidade. Ao final, se houver algum questionamento, estarei pronto para responder.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Dr. Giroto. Passo a palavra agora ao Inspetor Helênio Almeida, representando a nossa Polícia Rodoviária Federal.

O Inspetor Helênio Romualdo Almeida - Deputado João Leite, em nome de quem cumprimento, respeitosamente, todos da Mesa; senhoras e senhores, bom-dia. Agradeço, mais uma vez, o gentil convite do Deputado João Leite, nosso parceiro, para comparecer à reunião em Lavras, apesar de, na cidade, não haver uma unidade da PRF. A mais próxima encontra-se em Perdões.

Em rápidas palavras, na Rodovia Fernão Dias, temos atuado em conjunto com outros órgãos em uma ação recente, em que houve prisão de uma quadrilha que roubava bobinas em postos de gasolina. Temos outras operações para o Sul de Minas. Ontem, reuni-me com o Cel. Dimas, que comanda a região de Poços de Caldas. Posteriormente, fui a Pouso Alegre e fiquei reunido com o Cel. Campos até tarde. Hoje, estarei com o Cel. Wilson Júnior, meu amigo de muitos anos, para desenvolver novas ações visando à conclamada paz social, assistindo a comunidade a que servimos.

Gostaria de ressaltar um trabalho novo que a Polícia Rodoviária Federal está colocando à disposição da comunidade. Foram criadas as Comissões Regionais de Direitos Humanos, que, em Minas Gerais, têm atuado no enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. Temos mapeado todos os pontos vulneráveis à exploração sexual em rodovias federais. São 290 pontos em Minas e 1.918 no Brasil. Esse serviço está sendo feito em parceria com a Organização

Código do documento: 801362

Internacional do Trabalho e ONGs, que têm nos apoiado. Já percorremos os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, o Triângulo Mineiro, o Sul de Minas e, após a reunião com o Cel. Wilson, irei para Patos de Minas, onde vamos trabalhar com a comunidade. Esse trabalho tem apoio do Ministério Público Federal e Estadual.

A minha parte na Comissão de Direitos Humanos, além de presidi-la, é trabalhar diretamente com os educadores, professores, supervisores, diretores, médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, para que possamos entender por que existe criança e adolescente e por que o legislador houve por bem chamá-las de crianças e adolescentes. Isso influencia no trabalho do policial quando de uma ocorrência, para que saiba encaminhar essas pessoas. Tão logo tenhamos resultado, apresentaremos à Assembleia Legislativa, para que possamos minimizar o sofrimento.

O segundo passo será alcançar as vítimas. Apenar o agressor, mas propiciar às vítimas uma recuperação tranquila, clara e objetiva e orientar os pais, principalmente a respeito da internet. A Polícia Federal tem trabalhado intensamente com os crimes cibernéticos, inclusive no que tange à exploração sexual infantil. Alertamos os professores e diretores, porque na escola é o local onde a criança se sente mais acolhida. Por exemplo, uma criança pode estar dormindo muito na sala de aula porque está sendo abusada em casa. Na sala de aula é onde se sente segura e feliz. A maioria dos crimes contra crianças e adolescentes são cometidos dentro de casa pelos pais, avós, tios, irmãos. Alertamos a comunidade para isso,

informamos sobre possíveis sinais de abuso sexual e como cuidar e abrigar a vítima.

Internamente, a comissão tem trabalhado intensamente no combate à corrupção e à violência contra a mulher, que em Belo Horizonte subiu 25% no segundo semestre de 2009. Proteger as mulheres e os grupos vulneráveis.

A Polícia Rodoviária Federal está à disposição da comunidade de Lavras. Viremos conversar com meu dileto amigo, Dr. Sadi, e com o Cel. Júnior, para que possamos trabalhar com a comunidade e as Secretarias de Educação e Saúde. E agora, com apoio da Assembleia Legislativa, na pessoa do Deputado João Leite, vamos fazer um trabalho muito legal voltado para as crianças e adolescentes. Muito obrigado. Saúde e paz.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado. Registramos e agradecemos a presença do Sr. Neidson, assessor e representante do Deputado Federal Odair Cunha.

Com a palavra, a Defensora Pública Mirela Souza Araújo, representando o Defensor Público-Geral Belmar Azze Ramos.

A Defensora Pública Mirela Souza Araújo - Sr. Presidente, Deputado João Leite, a Defensoria Pública agradece o convite para participar desta audiência pública e, em sua pessoa, cumprimento os demais diletos integrantes da Mesa.

Para quem não conhece a instituição ainda nova no Brasil, a Defensoria Pública tem função de prestação de assistência judiciária e extrajudicial à população carente - orientação, defesa judicial e

Código do documento: 801362

administrativa. Em Lavras e na região do Sul de Minas, a realidade é difícil, mas comparada com o resto do Estado é menos grave. A maioria das comarcas de Minas têm Defensor. Estamos falando de segurança pública, mas a função da Defensoria é, principalmente, de prevenção.

Com relação à questão da violência doméstica e contra a criança, já trabalhei em outras cidades, inclusive Belo Horizonte e Uberaba, e onde há Defensoria Pública, a população sabe que pode nos procurar, e acaba-se evitando a própria violência doméstica. Muitas vezes, a mulher vitimizada não tem orientação a respeito do que pode fazer, de que pode afastar o cônjuge do lar e pleitear pensão alimentícia, por exemplo, e fica subjugada ao homem, que é o agressor na maior parte das vezes, porque não tem esse amparo. Notamos que nos locais onde há esse amparo, a pessoa vitimizada, seja a mulher, seja a mulher como representante da criança, tem um amparo, o que evita a violência doméstica muitas vezes.

Estou atuando na área criminal atualmente, e notamos que o número de violência doméstica em Lavras é grande, mas a maior parte não é grave, é sem lesões corporais.

Acontece que uma coisa que poderia ser resolvida no âmbito civil resvala para o criminal, porque a mulher agredida chama a polícia, que prende o agressor, mas, depois, ela mesma procura soltar o marido ou companheiro. Vê-se, então, que essa realidade é muito delicada. Se tivéssemos condição de realizar a conciliação, talvez isso evitasse a violência. Mas Minas Gerais, apesar de ser o segundo Estado em pujança econômica, é muito deficiente em relação à

Defensoria. Apesar de termos grande número de Defensores, também temos grande número de comarcas vazias: mais da metade das nossas comarcas, ou seja, onde há um fórum, não tem qualquer Defensor. Isso significa que a população fica desamparada. A obrigação de manter essa estrutura é do Estado, não do Município, e a população fica desamparada.

Estou-me referindo à área civil para que vocês entendam que está tudo junto, coligado, que uma coisa reflete na outra, mas estamos tratando aqui da área criminal, e nessa área o maior drama que se vivencia em Lavras - onde atendemos a família do preso ou da pessoa que está sendo processada - é o tratamento do toxicômano, preocupação que já foi exposta pelo Dr. Sadi. Dos furtos ocorridos aqui, 80% são praticados por dependentes químicos, que furtam pequenas quantias para manter o vício. Aqui temos, por exemplo, o caso de um menor que pratica vários furtos no mesmo dia para alimentar o vício. E todo o país, não apenas Minas Gerais, não tem política pública de tratamento. Esse é um problema de saúde pública que tem de ser enfrentado com seriedade. O Deputado João Leite fez essa observação aqui, e de fato é algo urgente. Especialmente na Comarca de Lavras, teremos uma redução muito significativa na criminalidade se isso for feito, porque até mesmo os crimes violentos cujos processos acompanhamos a fundo têm a mesma causa: raramente o crime é passional, com motivação só emocional; a maior parte é cometida por pessoas sob influência de álcool ou drogas.

Como já se disse aqui, a população, de maneira geral, não tem a real visão do que acontece. O preso ou a pessoa que vem a ser delinquente muitas vezes tem uma história de menor infrator e, quando chega à maioridade e passa a ser penalmente capaz, é presa. O que notamos é justamente a falta de liame entre a família, e não há recuperação do menor infrator, principalmente, sem o acompanhamento da família. Assim, as políticas públicas de inclusão social, de tratamento e prevenção do uso de drogas e de álcool, o intercâmbio entre as instituições - junto às escolas, com um trabalho educativo, ou junto às demais instituições do Sistema de Defesa Social - são muito importantes para minorar os índices de criminalidade.

Lavras, por exemplo, abarca as Comarcas de Ribeirão Vermelho, Ijací e Luminárias, onde não temos atendimento, mas as pessoas são tão carentes que às vezes não têm condição de vir a uma audiência ou de procurar uma orientação. Isso é um problema social que não temos como resolver. Alie-se a isso que temos poucos Defensores. O quadro de Promotores aqui está completo, mas a Defensoria, que deveria ter seis Defensores, está com dois. Isso faz com que tenhamos deficiência no atendimento e não possamos prestar o melhor serviço, porque a maior parte do efetivo está concentrada na Capital e nas grandes cidades. Mas, independentemente do atendimento, a Defensoria está à disposição da população, até mesmo para fazer o encaminhamento para o setor responsável, que às vezes não é ali - geralmente, tudo o que não se resolve em outro lugar vai para a Defensoria, mas estamos ali também e fundamentalmente para

esclarecer. Agradeço a oportunidade, com o apelo de que o Estado de Minas invista cada vez mais na Defensoria, para que efetivamente possamos prestar todos os serviços e cumprir todas as atribuições que a legislação e a Constituição nos atribuem. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado, Dra. Mirela. Com a palavra, o Sr. Alexandre Marques Oliveira, do Consep de Lavras, a quem agradecemos a presença.

O Sr. Alexandre Marques Oliveira - Bom-dia a todos. O Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep - de Lavras, de que vou falar um pouco, foi fundado em 2002. Todos os envolvidos nesse Conselho são voluntários; os demais são conselheiros técnicos. Em 2002, por uma diretriz da Polícia Militar, começamos a construir o Consep; em 2003, fizemos um novo estatuto, pelo qual todos os órgãos de segurança pública teriam um conselheiro técnico participante do Consep. A grande dificuldade que o Conselho de Segurança Pública, como todos os outros, encontra para formar o seu quadro é justamente o seu caráter voluntário. Hoje, as pessoas têm o seu tempo muito ocupado; portanto, há dificuldade em encontrar pessoas com disponibilidade para se engajar como voluntárias na questão da segurança pública, com toda sua responsabilidade. De qualquer forma, temos muitas pessoas envolvidas nesse processo.

Em 2002, começamos a ouvir a comunidade, o que se seguiu em 2003 e 2004. Realizando em média duas reuniões mensais na comunidade - cada um em sua região -, fomos levantando alguns dados, que à época nos assustaram. O principal deles, sem dúvida, refere-se à relação

Código do documento: 801362

entre a droga e o menor. Assim, definimos com o Ministério Público várias ações para impedir que isso continuasse crescendo, como se vinha evidenciando nos quadros. Assim, com as Polícias Militar e Civil, o Conselho Tutelar e outros órgãos aqui presentes, o Consep conseguiu vários resultados.

Em 2005, o Consep chegou a um ponto na questão carcerária do Município, situação que parece hoje estarmos discutindo aqui. Infelizmente, a situação em 2005 não era horrível, era terrível. Para nós, simples cidadãos, que não estávamos acostumados a lidar com a segurança pública ou mesmo estar de frente com ela, não foi nada agradável. O Conselho foi à comunidade ouvir o que queriam para o futuro dessas crianças. Foi até mesmo aos pais de alguns delinquentes, menores infratores, e o medo era de que um dia seus filhos caíssem naquele lugar. Então, resolvemos procurar alguma solução através da comunidade.

Em setembro de 2005, enviamos um "e-mail" ao Sr. Antonio Anastasia, Governador de Minas Gerais, preocupados com a situação da cadeia, e fomos rapidamente atendidos numa audiência em seu gabinete, levando essa situação documentada. Levamos em consideração tudo o que se passava em Lavras, desde a segurança pública até a cadeia. Ficamos por volta de duas horas com ele, que nos disse que isso seria resolvido, que entraria em contato com o Chefe do Ministério Público e com a então Prefeita Jussara Menicucci e tiraria os policiais da guarda depois da reforma da cadeia. Naquela época, ele disse que comunicaria ao Chefe do Executivo que esses orçamentos já estariam

disponíveis tanto para a reforma da cadeia quanto para a construção de um novo presídio. Isso é o que foi ouvido e resgatado pela comunidade, que tinha em sua mente a cadeia reformada e um novo presídio, levando em conta que, nas reuniões nas comunidades, as informações eram muito precisas em relação à cadeia, penitenciária e presídio. A comunidade ficou realmente entendida no assunto. De lá para cá, já houve um avanço na questão do presídio de Lavras. Agora, há um debate mais avançado. Creio eu que a comunidade lavrense inteira necessita desse presídio e todos os que estão engajados nesse processo estão a favor dele também.

Essas são minhas palavras. Agradeço a todos.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado. Com a palavra, Lineu Marques, do Consep de Nepomuceno, a quem agradeço a presença.

O Sr. Lineu Marques Toneli - Cumprimento a todos, em nome do Deputado João Leite e da Deputada Maria Tereza Lara. Agradeço-lhes porque, em 5/5/2010, vocês votaram utilidade pública estadual para todos os Conseps. Muitas cidades lutam para terem isso em âmbito municipal, e vocês votaram já em âmbito estadual.

Gostaria de dizer como funciona o nosso Consep, hoje com 46 membros entre líderes e diretoria. Em toda reunião do Consep, há um Vereador, uma pessoa da parte social, e solicitamos sempre um representante de um departamento do Judiciário.

Por que estou no Consep? Aos meus 19 anos, entrei na Sociedade São Vicente de Paulo. De lá, trabalhei para a igreja por 14

anos. Um dia, estava fazendo uma campanha em meu bairro e lancei a campanha do desarmamento infantil. O País inteiro falava em desarmamento, e eu lancei o desarmamento infantil, em que a pessoa levava um brinquedo, que poderia ser uma arma, e eu lhe dava um livro educativo ou outro brinquedo. Com isso, peguei de mãos de crianças bala de 38, bala de 22. Elas estavam brincando com essas balas em Nepomuceno. Comecei a fazer campanha nas escolas e encontrei crianças com canivetes e outras armas, que pensavam estar brincando. Então, fui chamado pelo Ten. Afonso para entrar no Consep.

Hoje, o nosso Consep, além de Nepomuceno, faz parte do Espasso Conseg, onde há união dos Conseps e da Guarda Municipal. Em 13 de julho, elegeremos um componente para fazer parte do Conasp. Estaremos em Belo Horizonte, votando por um membro no Conasp. Além disso, visitaremos outras cidades, como Luminárias e Ijaci, com o Ten. Afonso, para reerguer os Conseps, sabendo que somos muito bem ouvidos em todos os bairros de Nepomuceno. Para fazer palestras, arrecadamos R\$1,00, R\$2,00, para comprar um "data show", um "notebook". Muitas vezes, pedimos às pessoas da lei, e elas nada fizeram para nós. Fomos de casa em casa e temos hoje o equipamento completo para fazer essa campanha.

Há poucos dias, estava um soldado do batalhão fazendo uma tarefa num bairro onde havia 80 crianças nas escolinhas e escolas. Não adianta falar em empresa se você não prevenir. Tem que se começar a longo prazo, com as Diretoras de escolas, fazendo um trabalho de prevenção.

Falo muito sobre os Conseps, que não há um centavo em caixa. Se a Prefeitura, os Estados não ajudarem os Conseps, que somos voluntários, será difícil. Somos voluntários e defendemos a causa. Passarei ao Deputado a documentação, para que, além de ter feito a audiência pública, possa fazer alguma coisa em prol do Consep, fornecer verba, equipamentos, enfim, fazer alguma coisa para que possamos trabalhar. Trata-se de pessoas que trabalham como voluntárias e gostam do que fazem. (- Falha na gravação.) posso falar. Estamos (- Inaudível.) ir a outras cidades. Estamos à disposição. Iremos a (- Inaudível.), Luminária, Itumirim. Estamos ajudando a cidade de Perdões a se reerguer, aonde fomos várias vezes. Somos gratos a ela e estamos prontos a ajudar outras cidades. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) Obrigado, Sr. Lineu. Gostaria de fazer sugestões, Srs. Lineu e Alexander. Haverá revisão do PPAG do Estado no segundo semestre. Eu conversava com a Deputada Maria Tereza Lara, e talvez esta seja uma boa emenda: recursos para estruturar os Conseps. Vale a pena. Vamos fazer contato. Ao levar essa emenda, ela passará pela Comissão de Participação Popular da Assembleia, da qual também sou membro. Creio que é importante estruturar os Conseps, para que eles continuem a dar essa contribuição à segurança pública no Estado.

Registro a presença do Sr. Eduardo Marani, Secretário Municipal de Relações Institucionais de Lavras. Com a palavra, o Sr. Leonardo Brocanelli Fagundes, Diretor da Subsecretaria de

Código do documento: 801362

Administração Prisional - Suapi - na 6ª Região Integrada de Segurança Pública. Ele cuida dos presídios de Três Corações, de Varginha e de Lavras. Esse homem é um responsável, gente.

O Sr. Leonardo Brocanelli Fagundes - Boa-tarde a todos e a todas, ao Deputado João Leite, por intermédio de quem cumprimento os demais membros da Mesa. Serei breve, devido ao adiantado da hora.

Em toda cidade onde há necessidade da construção de um presídio, há polêmica, não é só em Lavras; a prefeita não precisa se preocupar. E a população é contra por falta de informação. Há diferença, na Lei de Execução Penal, entre penitenciária e presídio. O presídio é para custódia de presos da comarca; e a penitenciária para presos condenados transitados em julgado, que, geralmente, atende a uma região. Hoje, no Estado de Minas Gerais, devido à resistência de alguns Municípios, as penitenciárias estão com problemas. Exemplo é a penitenciária de Três Corações, que tem capacidade para 400 presos e hoje abriga 630. Sendo excesso, é prisão provisória. Por quê? Porque estamos atendendo às comarcas vizinhas, sem condições - exemplo disso é a cidade de Lavras. Encontra-se comigo uma lista, feita recentemente, de presos provisórios que estão em Três Corações.

Hoje participarei de uma audiência em Três Corações, junto ao Dr. Marco Aurélio e à Dra. Aila, para resolvermos a situação da cadeia pública da cidade e da penitenciária, quanto ao excesso de presos. A penitenciária de Três corações está assumindo presos de outras comarcas, sendo que a própria comarca necessita das vagas.

Como exemplo, há sete presos da cidade de Lavras que serão devolvidos essa semana. São presos provisórios que estão em Três Corações, mas que deveriam estar aqui. Sem falar nos presos condenados. Como foi dito, hoje há 200 presos no presídio de Lavras, embora ele tenha capacidade só para 50. A condição está sub-humana: numa cela em que cabem 26 presos, encontram-se 20, 22 presos. Não medimos esforços para trabalhar, não só no sentido da custódia, da segurança e da disciplina do preso, mas também no mais importante: a ressocialização dos presos. Dentro do presídio de Lavras, mesmo precário, há uma escola institucional, com metodologia Eja, há vários presos que trabalham. Em Lavras, outros parceiros, de empresas privadas, têm nos ajudado não só nas áreas de segurança pública e de defesa social. Então, a necessidade de se construir esse presídio é urgente. Por quê? As pessoas podem pensar: "Já tem o presídio de Lavras, por que construir outro". Nós vamos é ampliar o presídio. A antiga cadeia pública foi reformada pela Prefeitura para retirar os policiais e ser assumida pela Suapi. Portanto estamos ali, como foi dito pelo Major (- Inaudível.), enxugando gelo. Há deficiência de superlotação e há problema de ressocialização de presos. O presídio hoje é necessário. O modelo a ser construído em Lavras seguirá o modelo de Pouso Alegre e Itajubá, moderno, com capacidade para 300 presos, para atender aos presos da comarca. Hoje, na cadeia pública, há 200 presos, e há os presos condenados, que se encontram em Três Corações e em outras penitenciárias do Estado. Há presos de Lavras cumprindo pena em Unaí, Contagem, Uberlândia, longe de suas famílias. E uma das determinações

da Lei de Execução Penal é que o preso cumpra pena próximo a sua família. Um fator importantíssimo na ressocialização do preso é a proximidade da família. Muitos presos, muitas pessoas entram para a vida do crime por falta de estrutura familiar, por falta de oportunidades. A comunidade de Lavras tem de acordar, urgente. A Prefeita está cedendo o terreno. Em algumas localidades, a Prefeitura é contra a construção, porém é a favor da construção, porque há necessidade. As pessoas podem criticar a Prefeita, dizer por que não traz uma escola, uma empresa, um hospital para Lavras, mas o presídio é também uma necessidade da cidade. Isso faz parte da segurança pública.

Outro grande problema é o menor infrator, como já foi dito pelos comandantes da 6ª Região - prende-se o menor e tem-se de soltá-lo. Em Lavras, por exemplo, não há cela apropriada para menores, não há cela apropriada para mulheres. As mulheres que são presas em Lavras são levadas para três Corações, levando problemas para outra comarca, sendo que, em Lavras, deveria haver um local apropriado para mulheres. Isso prejudica a comarca, o presídio, o preso, a família do preso, que tem de sair daqui para visitá-lo em Três Corações ou outras comarcas.

Para concluir, gostaria de dizer a todos que as pessoas contrárias à construção dessa unidade devem mudar a mentalidade e conhecer o atual sistema da Subsecretaria de Administração Prisional, que parte do sistema de Defesa Social junto às Polícias Militar e Civil, e Corpo de Bombeiro.

Espero que a comunidade de Lavras nos ajude, pois segurança pública é dever do Estado, mas é também dever dos cidadãos. A contribuição das pessoas é muito importante. Digo isso, pois há aqui vários representantes da comunidade, além de autoridades, líderes comunitários, alguns Vereadores e imprensa que podem divulgar aos Conseps e às comunidades a importância de participar da segurança pública.

Deputado João Leite, muito obrigado pelo convite. Estamos à disposição para qualquer esclarecimento.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Leonardo, muito obrigado pela presença. Antes de passar a palavra à Deputada Maria Tereza Lara, que fará uma saudação a Jussara Menicucci, farei uma pergunta à Prefeita.

Prefeita, hoje, fui fazer "cooper" em um local de que gosto muito, perto da 2ª Igreja Presbiteriana, do Pastor Algernon, onde se localiza a Maria Fumaça. Como sou neto de ferroviário, minha paixão é colecionar miniaturas de locomotivas e, desde criança, correr ao longo da linha do trem. Foi o que fiz hoje. Impressionou-me muito o fato de essa área ser concedida à Ferrovia Centro Atlântica - FCA. Isso é correto?

A Prefeita Jussara Menicucci - (- Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Presidente - Está em processo de retomada. Muito bem. Fiquei muito impressionado, pois o patrimônio é lindo, mas está abandonado. A FCA o abandonou.

A Prefeita Jussara Menicucci - O patrimônio é lindo, mas ela o abandonou literalmente.

O Sr. Presidente - Parece que, por causa do abandono, o lugar se transformou em local de cometimento de crimes.

Atualmente, o governo do Estado está restaurando a Estação do Velho da Taipa, onde o meu avô morava. Há um Promotor que trabalha para devolver esse importante acervo histórico à Prefeitura. No entanto, o fato de a FCA abandonar aquela estrutura preocupou-me. Cheguei a esta reunião decidido a fazer um requerimento à FCA ou a solicitar ao Ministério Público que cobre dessa ferrovia pelo menos a limpeza do local. Como está hoje, com um mau cheiro terrível, não é possível, pois o lugar é frequentado por diversas pessoas. Vemos resto de várias coisas espalhadas por lá, além da insegurança da população quando, vindo de outros bairros em direção à Maria Fumaça, atravessa a linha. No local há também um Centro de Apoio Psíquico Social - CAPS. Fiquei muito triste com o fato de a FCA abandonar esse patrimônio. Sou autor de um projeto de lei que determina a preservação de todo patrimônio ferroviário de Minas Gerais, por isso fiquei triste ao vê-lo dessa maneira. Parece que V.Exa. tomou as providências necessárias. Por favor, explique-nos o que está ocorrendo.

A Prefeita Jussara Menicucci - Já que o nosso querido Deputado falou sobre o assunto, acho que o descaso dói no coração de todos os lavrenses. Como sou filha de médico da Rede e sobrinha de

Diretor, sinto amor muito grande pela ferrovia, principalmente pela Rede Mineira de Viação.

Desde 2005, estamos nessa luta. Primeiramente, alguns imóveis estavam sendo usados pela FCA, e outros, abandonados. Fomos ao Rio de Janeiro e fizemos todo o inventário. Entraram com uma medida provisória: em alguma ocasião, isso poderia ser feito, em outras, não. Por fim, a Rede foi extinta. Levantado o patrimônio, existe o inventariante, que reside no Rio de Janeiro. O DNIT cuida do operacional; e o IPHAN, do não operacional, ou seja, o que tem valor histórico. Fizemos todo o processo e adiantamos - meu assessor jurídico está ali para confirmar isso - o inventário para entregá-lo no Cartório de Registro de Imóveis, delimitando os imóveis e o seu uso. Como em Lavras há a Universidade Federal de Lavras - UFLA -, precisamos de um espaço coberto para eventos.

Eu e o Reitor da UFLA estivemos em Brasília para tentarmos transformar os armazéns em centros de eventos. O Município até se propôs a reformá-los, no entanto não se pode usar o recurso sem a propriedade, um convênio ou a guarda. Requeremos a guarda dos imóveis junto ao Ministério Público. Estivemos em Belo Horizonte, onde recebemos total apoio. Entretanto, é preciso que a FCA entregue o imóvel de volta ao DNIT ou ao IPHAN. Com relação aos imóveis tombados, o Município já os tombou. Há muitos anos isso vem se arrastando. Participamos de uma solenidade em Belo Horizonte para que o Município assumisse a guarda desses imóveis, mas a FCA não os havia liberado. É preciso que a FCA entregue o imóvel como o recebeu. Já

que ela não quer reformá-los, o Município entrou com uma ação na qual assumiria a restauração. Basta ver que em 2007, vários crimes aconteciam no local. As pessoas se escondiam nos imóveis abandonados. Como o Município não podia gastar os seus recursos, tive que fazer uma vaquinha para fechar os buracos com tijolos e isolar o local onde os criminosos se escondiam. Como há escolas perto, vários moradores passam por lá. A mesma coisa ocorreu com o alargamento daqueles túneis; consegui que a FCA fizesse apenas um. O túnel que faz a ligação mais importante ainda não foi alargado devido à burocracia da empresa, pois é necessário contrato para que o Município intervenha.

As cidades do Brasil que têm patrimônio da Rede Ferroviária Federal extinta, em liquidação, vivem esse problema. Em alguns imóveis conseguimos realizar convênio. O prédio da Secretaria de Promoção à Cidadania está restaurado; no entanto o do CAPS, localizado ao lado, havia sido comprado por ele, mas, como não foi pago, o Município o estava perdendo. Então, em 2005, fizemos o acerto. Pedimos o apoio da Assembleia Legislativa para que levante essa bandeira, pois é um patrimônio rico, bonito, que os Municípios poderão usar.

A burocracia está dificultando que esses Municípios consigam tomar conta desse patrimônio. Eu propus adquirir. No PPAG, na LDO e no Orçamento já estão previstos recursos, uma janela aberta para adquirir esse patrimônio, mas não estamos conseguindo. Vou a Brasília quase todo mês, vou à Secretaria de Patrimônio da União em

Belo Horizonte, vou na Dra. Alexandra, em Brasília, mas o caso está sem solução. O pessoal do DNIT está ajudando.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - E o Dr. Marcos, Promotor do Ministério Público do Patrimônio?

A Sra. ... - Ele também está nos ajudando, mas não pôde, porque, na FCA, no contrato, ainda consta como imóvel operacional. Então, eles têm que devolver, mas estão com medo de fazê-lo e sofrerem reprimenda, porque os imóveis estão totalmente dilacerados. Todos os imóveis.

O Sr. Presidente - O Dr. Gustavo fará um requerimento, e a Deputada Maria Tereza Lara e eu pediremos ao Presidente da Assembleia para tratar a questão institucionalmente - Assembleia Legislativa e FCA -, para que ela possa fazer a restauração desses imóveis e trazer segurança para a população ou entregar.

Nessa corrida, encontrei-me com o Secretário da Saúde, Mourão, que estava trabalhando desde cedo naquela baixada, no frio.

Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Bom-dia a todos. Vou ficar de pé, porque tem gente que pode estar querendo dormir, pois há bastante tempo que estão aqui. Não dormiram porque as exposições foram muito importantes, com informações que podem nos ajudar muito.

Cumprimento o Presidente, Deputado João Leite, atuante nesta Comissão; a Prefeita Jussara - ela disse que precisava sair, mas primeiro eu queria falar umas breves palavras, porque queremos ouvir os participantes. Nos nossos mandatos, sempre temos pontuado a

Código do documento: 801362

importância de as mulheres contribuïrem nos espaços de Poder, não contra os homens nem atrás, de jeito nenhum, mas ao lado. Nas pessoas da Prefeita Jussara e da Dra. Mirela, cumprimento a todas as mulheres presentes. Na Assembleia, temos uma bancada feminina com apenas 5 Deputadas mais 1 que é Secretária de Estado. Somos 6 em 77, menos de 10%. O Brasil é um dos países que tem o menor índice de participação feminina nos parlamentos. Somente dois países da América Latina têm índices menores do que o nosso. Todos os outros países têm uma participação efetiva muito maior. Então, temos que fazer esse debate, não hoje, porque não compete, mas sempre estou propondo incentivar as mulheres a participarem e colaborarem. Nós, mulheres, já somos mais de 50% da população, então, essa questão é de discussão de democracia, pois nós temos tido experiências nas cidades e contribuído. A Prefeita já está no terceiro mandato. Ninguém vai para um terceiro mandato sem ser verdadeiramente atuante. Fazemos essa discussão, independentemente de questões partidárias. Em todos os partidos, há mulheres atuantes, que dão sua contribuição efetivamente, como a Defensora e a Prefeita.

Cumprimento o Presidente da Câmara, Evandro, em cuja pessoa cumprimento todos os Vereadores. Fui Vereadora, e permitam-me cumprimentar a Vereadora Helena, que deve ser uma em dez. Temos que bater nessa tecla nos parlamentos.

Cumprimento o Dr. Hafez Tadeu, meu conterrâneo de Betim. Fico muito honrada com sua presença e espero que possa ir à audiência

em Betim, no dia 11, quinta-feira, às 10 horas. Que bom ver Betim exportando lideranças que podem contribuir para o Estado.

Cumprimento as Polícias Civil e Militar nas pessoas do Maj. Francisco e do Ten. Ademir. Cumprimento os representantes do governo federal, Delegado João Carlos e Inspetor Helênio. Temos dito que segurança se faz com as três esferas de Poder. Felizmente, hoje é uma honra termos representantes do governo federal, estadual e municipal. Isso foi definição da Conferência Nacional de Segurança, primeira do País em 2009, convocada pelo governo federal. Definiu-se que segurança pública é política de Estado e não de governo, pois governos passam, e deve ser promovida com as três esferas de Poder e com a sociedade civil.

Falando em sociedade civil, cumprimento os participantes dos Conseps, que a representam muito bem. Não há como fazer segurança pública sem sociedade civil. Depois, vou mencionar o papel das polícias, tão importantes para o avanço da sociedade civil.

Cumprimento o Dr. Leonardo. Sabemos da gravidade da situação penitenciária em Minas Gerais e no Brasil. Essa situação tem que ser tratada com muita seriedade, pois é muito importante. Não podemos querer que só uma cidade acumule toda solução penitenciária de uma região ou um Estado. A proposta do Susp é federal, estadual, e cada Município deve assumir o seu. Quem faz esse debate tem toda razão em fazê-lo e em ouvir a sociedade civil.

E cumprimento os representantes do Consep, pois há necessidade de se resolver o problema penitenciário. O debate é

democrático, tem que ser pontuado, a sociedade civil tem que conhecer, mas com muita responsabilidade e verdade. A cada cidade compete a ressocialização dos seus detentos, ela não pode se omitir. Sabemos que ninguém quer lixo, cemitério e penitenciária. Cabe aos órgãos públicos - e podem falar que vou perder voto por defender isso - serem responsáveis pela segurança pública.

Aliás solicitando, até mesmo cobrando dos órgãos públicos que nos atendam, precisamos das penitenciárias federais para crimes de competência da União. Mas precisamos do sistema prisional humanizado e não superlotado. A maioria são jovens. Quem aqui já entrou em uma penitenciária, quem a conhece de perto levante a mão. Que bom que vocês conhecem. A quem não conhece, faço uma convocação. Nós, cidadãos e cidadãs, não podemos desconhecer essa situação. Como dito na conferência nacional, é preciso que o sistema prisional seja humanizado. Essa humanização significa profissionalização, espaço necessário para cada preso. Não pode haver superlotação. Não queremos que uma única cidade tenha cinco mil presos. Mas cada uma tem de cuidar dos seus presos. E, se na cidade não tem espaço suficiente para fazer a ressocialização dos detentos - como o representante do Consep e a Prefeita pontuaram -, a sociedade tem de discutir sobre essa questão. Mas é preciso ter coração aberto para isso. A Prefeita é mulher corajosa, pois, mesmo sabendo que está apanhando da imprensa, disse que é preciso. Isso é coragem. Quero elogiá-la publicamente por isso. Realmente é necessário que haja democracia entre a Oposição e a Situação, mas que seja de acordo com os direitos

e as necessidades. Vamos dizer onde será o melhor local. A Prefeita, o governo do Estado e o governo federal não podem impor isso, determinando um local. A sociedade será ouvida sobre a escolha do local e como deve ser o tamanho da penitenciária, pois o Município não tem de atender ao Estado inteiro, mas à comarca, e prioritariamente à própria cidade. Esse é o debate que tem de ser realizado. Aliás, gostaria de cumprimentar a população por estar realizando esse debate. Quero pontuar que é necessária solução. Todos devem contribuir para encontrar a melhor solução. Essa parceria é importante. Os Municípios têm feito isso; há décadas pagam gasolina, funcionários, mas com a nova legislação, que deve sair, com a conferência, será pontuado o que cabe a cada esfera de poder. Nenhuma esfera pode se eximir disso. Felizmente, Presidente, como já disse, estão presentes aqui as três esferas de poder: municipal, estadual e federal. Isso é muito importante.

Estou quase encerrando, pois queremos ouvir a população. Gostaria de cumprimentar o Neison, assessor do nosso amigo Odair Cunha, Deputado Federal atuante, do Sul de Minas. A própria Prefeita disse que ele não é do partido dela, mas que é um Deputado muito atuante aqui. Ficamos orgulhosos disso, Neison. Transmita o nosso abraço ao Deputado Odair. Quero cumprimentar também o Luíz Almeida, ex-Presidente do PT, na pessoa de quem cumprimento os nossos companheiros de partido desta cidade e dos demais partidos, que estão presentes. Quero ainda cumprimentar os representantes das igrejas na pessoa do Pastor Algernon da Igreja Plesbiteriana. Tive uma

assessora, que hoje é superintendente antidrogas em Betim, que é plesbiteriana. Temos um respeito muito grande pela igreja evangélica, sobretudo pela igreja presbiteriana, que realiza um trabalho social sério. Quero cumprimentar também o Presidente pela interlocução com a igreja. O Deputado João Leite realiza esse trabalho com o apoio e o acompanhamento das igrejas evangélicas e juntos fazem um trabalho social muito importante. Conhecemos o trabalho que ele faz nessa linha para valorizar as ONGs e as atividades das igrejas, que realizam um trabalho social.

Foram mencionados aqui vários aspectos positivos, como a integração das polícias. Disse ao Deputado João Leite que em todo o Estado de Minas Gerais percebemos uma nova concepção das polícias. Quero cumprimentar as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros, que caminham para uma polícia comunitária. Eles têm essa mentalidade, chamam a sociedade civil para participar. Isso é um avanço. Foi falado na conferência que, além da integração, as polícias de Minas estão avançadas. Há algumas dificuldades em todo o Estado, como a questão do efetivo das Polícias Civil e Federal. Temos de contribuir para solucionar esses problemas. A Prefeita, Deputado, estava pedindo para reivindicarmos - eu com o senhor - uma delegacia federal para Lavras. Vamos juntos reivindicar essa delegacia. Betim já possui 450 mil habitantes, e também queremos uma delegacia federal para Betim, que até hoje não tem. Ela está dizendo que é pela localização da cidade, no Sul de Minas. Estaremos juntos para reivindicar a Polícia Federal para Lavras.

Além da questão da penitenciária sobre a qual já falamos, gostaria de pedir que lutem para que o sistema prisional seja ressocializado. A ressocialização que existe em nosso sistema é de apenas 10, 15%. Por isso, quando os detentos são soltos, a criminalidade aumenta. Apenas de 10 a 15%. Isso é o mínimo. Sabem quanto é o gasto de cada preso em Minas e no Brasil? É de cerca de R\$2.300,00 por mês. Não é investimento, é gasto, pois não se faz a ressocialização. Esse é um grande problema. Uma Comissão, da qual o Deputado João Leite era Presidente e o Deputado Durval Ângelo, relator, realizou um debate profundo sobre essa questão. O sistema prisional alimenta a violência. Certamente temos de avançar nesse sentido.

Depois que as Polícias, os representantes dos Conseps e a população falarem quero uma palavrinha sobre o "crack". Gostaria de saber como está a questão do "crack" aqui. Esse é um problema também. Foi solicitado pelo representante da Polícia Militar um centro de tratamento para dependente químico. Estamos percebendo esse tipo de problema em todos os lugares. Certamente o "crack" deve ter chegado fortemente aqui. Em um outro momento, Presidente, gostaria de ouvir sobre a situação do "crack" com os jovens daqui.

Em função das reivindicações que vocês fizeram, a nossa Comissão, capitaneada pelo Deputado João Leite, apresentará alguns requerimentos. Com a iniciativa do nosso Presidente, numa próxima reunião, estaremos apresentando esses requerimentos.

Agradeço a presença e a participação de cada um e de cada uma que estão aqui. Agradeço aos nossos assessores, que estão sempre conosco nesta luta em direção a uma sociedade mais fraterna. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara, Deputada atuante, que esteve conosco neste trabalho em todas as regiões. Ela lembra que hoje a Assembleia Legislativa, às 18 horas, assina um convênio com o Ministério Público, Tribunal de Justiça, governo do Estado e uma empresa privada de Minas Gerais, que assume a informatização da execução da pena no Estado. A Defensoria estará presente também. Gostaria de deixar essa informação. Toda a execução da pena no Estado será informatizada agora e estará disponível para qualquer Advogado, Promotor ou Defensor Público, que poderão puxar informações em tempo real: quanto tempo falta para o cumprimento da pena, progressão de regime, liberdade condicional. Será um grande avanço no nosso Estado após o trabalho que realizamos na Comissão Especial de Execução das Penas. Conseguimos o apoio de uma empresa do Estado para financiar todo esse programa, que trará celeridade aos trabalhos de execução das penas do Estado.

Abertos os nossos debates, gostaria de passar a palavra ao Marcelo Silva de Oliveira, primeiro inscrito. Marcelo, obrigado pela presença. Por favor, temos um microfone aqui. Você poderá vir até aqui ou ficar aí mesmo, que será levado o microfone para que você faça sua manifestação.

O Sr. Marcelo Silva de Oliveira - Cumprimento toda a Mesa de autoridades na pessoa do Deputado João Leite, que é o Presidente da Mesa, e também todos os presentes. Quero ser bem objetivo. Farei sugestões. Sou Marcelo Silva de Oliveira, professor da Universidade Federal de Lavras e também tenho a honra de ser pastor auxiliar de uma igreja local.

Por que não se criar um "site", capitaneado pela Assembleia Legislativa, para dar ao cidadão comum uma espécie de visão de como é o Estado ideal preconizado pela legislação em todo o sentido que envolve a segurança pública? É necessário que o cidadão tenha esse acesso. Falo "site", mas isso pode ser subsidiado por outros instrumentos de mídia, como propaganda contínua, panfletos, jornais, revistas, propagandas na televisão, etc. Em certo sentido, uma casa legislativa - Assembleia ou Câmara de Deputados - é uma espécie de comunidade profética, já que, quando cria as leis, diz como o mundo deveria ser. Queremos um mundo de paz, mas a justiça a precede. Não há paz sem justiça, e, então, é necessário um sistema legal. Dessa forma, o cidadão comum não precisaria ir a um especialista, ao advogado, para saber qual o seu direito, pois atualmente ficamos perdidos: "Ah, não sabia que eu podia isso, não sabia que tinha esse direito". Então proponho a criação desse "site". Será necessária uma equipe: comunicadores sociais e pessoas de DI, pessoas que possam traduzir para o cidadão comum - e até mesmo para mim, pois não sei um monte de coisas e quanto mais outras pessoas - aquilo a que ele tem direito. Por exemplo, o cidadão sabe que, se estiver vendo uma

Código do documento: 801362

movimentação de traficantes ao lado de sua casa, há meios de agir antes que um traficante possa trazer o crime para aquela região? Foi dado um "e-mail", um canal de comunicação, e depois poderemos descrever com mais detalhes a ideia para não tomar muito o tempo aqui, já que estamos adiantados. Mas vislumbro um lugar em que a pessoa entre e veja o mundo ideal, como existe hoje em alguns "e-mails" de brincadeiras de crianças. Lá ele veria qual o estado de paz social de Minas Gerais a que ele tem direito por meio dos legisladores, do poder público e qual a sua descrição. Ele poderá, então, verificar onde não está vivendo aquilo e saber como agir: qual canal e qual legislação evidentemente, qual autoridade procurar. Dessa forma, faremos com que toda a população se torne uma espécie de vigilante da condição da segurança pública. Tenho certeza de que mais pessoas querem falar e não quero me demorar. Se for dado um "e-mail", podemos tecer detalhes. Penso que a Assembleia Legislativa deveria fazer isso como algo permanente. A Universidade fez o "site", o "software" do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Minas Gerais. Hoje qualquer pessoa pode entrar nesse "site" e ter uma série de informações. É uma ferramenta na qual toda a condição ecológico-econômica do Estado pode ser vislumbrada pelo cidadão comum. Evidentemente, há alguns sistemas de senhas, porque algumas coisas não são permitidas, mas há o suficiente para o cidadão comum. Por que não pode existir uma ferramenta desse tipo para a segurança pública?

A segunda sugestão é a ideia da educação a distância. O governo federal tem a Universidade Aberta do Brasil, que é um grande

programa de educação a distância. Todas as universidades federais e várias estaduais estão envolvidas. O governo de Minas Gerais criou a Universidade Aberta do Estado de Minas Gerais, e a educação a distância, na verdade, semipresencial, pode ser um recurso excelente para a socialização do detento. Não falo apenas de ensino superior, mas de ensino médio, alfabetização, cursos de extensão, rápido, profissionalizante e tudo mais. Tenho um cunhado que já foi dar aula em prisão, e disse que, fisicamente, não é fácil lá dentro. Então a educação a distância pode ser uma maneira muito interessante de educá-los.

São essas as duas sugestões. Pedirei licença, pois, daqui a pouco, terei de sair porque tenho que dar aula. Obrigado.

O Sr. Presidente - Professor e pastor, muito obrigado pela contribuição. Levaremos essa grande ideia para a Assembleia Legislativa. Na própria página da Assembleia Legislativa, que é www.almg.gov.br, pode ser criado um espaço dedicado à segurança do cidadão, com informações como essas. O Dr. Sadi lembra aqui o número de telefone 181, que é o Disque-Denúncia. Ao discá-lo, as pessoas não precisam se identificar, e a Polícia tem a informação, por exemplo, do paradeiro de um traficante ou de um crime que poderá acontecer. Creio que a Assembleia tem total possibilidade de prestar esse serviço à população, deixando o espaço com orientação sobre segurança pública. Eu e a Deputada Maria Tereza Lara levaremos essa sugestão.

A Deputada Maria Tereza Lara - Faço questão de falar, Prof. Marcelo. Que bom que o senhor, que também é pastor, esteve aí o tempo

inteiro. Quando mencionei a Igreja Evangélica, eu o fiz em nome de todas as religiões sérias e de todos os pastores e religiosos, pois não conheço todas as que existem. Realmente Lavras é uma cidade universitária, e não poderíamos deixar de mencionar a importância das universidades. Certamente há uma parceria delas com o Município, o Executivo, o Legislativo e a sociedade, porque é impossível uma universidade estar inserida sem haver essa interlocução. Mas ela é fundamental.

Não falamos sobre isso, mas deve haver políticas públicas de prevenção, porque, caso contrário, só construiremos cadeias. Então tem de haver repressão qualificada e prevenção.

Talvez a Prefeita, antes de sair, possa falar algumas palavras sobre as políticas públicas de prevenção que existem na cidade. Ela ou alguém do governo poderia falar, pois as políticas públicas de prevenção são muito importantes para que as crianças e o adolescentes não caiam, de forma alguma, no mundo da violência e das drogas.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Com a palavra, a Vereadora Helena, que é a próxima inscrita. Agradeço sua presença.

A Vereadora Helena Maria Nogueira - Cumprimento os componentes da Mesa, a Prefeita, o Deputado João Leite e a Deputada Maria Tereza Lara. A Prefeita reivindicou, o que considerei importantíssimo, a instalação de uma Delegacia Federal em Lavras. Sabemos que o consumo de drogas na nossa cidade está forte. A explanação do Dr. Sadi revelou a necessidade de mais policiais civis.

Quero saber o grau de dificuldade para trazer a Lavras esses policiais federais para investigarem e coibirem os traficantes de usarem menores no comércio da droga.

O Sr. Presidente - Peço ao Dr. Giroto que responda à Vereadora Helena.

O Sr. João Carlos Giroto - Quanto ao questionamento da possível instalação de uma Delegacia de Polícia Federal em Lavras, comentei com a Prefeita sobre a necessidade de encaminhamento do pedido a Brasília. Lá serão analisados, por um órgão específico da sede da Polícia Federal, os vários aspectos para a instalação de uma Delegacia. Entre os aspectos estão a localização geográfica, a densidade geográfica e as vias de acesso. É escolhido um local em que a Polícia Federal possa executar uma atividade mais eficiente. Não tenho conhecimento detalhado quanto a Lavras, mas creio que a cidade apresenta uma considerável incidência de ilícitos, principalmente no tráfico. As nossas investigações do tráfico de drogas estão dispersas por todo o Estado de Minas Gerais. Muitas vezes uma investigação se inicia por uma cidade, mas o grupo criminoso possui tentáculos em outras cidades. Portanto não são iniciadas investigações pontuais em determinada localidade e, sim, em várias. De sorte que Lavras é abrangida por investigações da Polícia Federal. São operações sigilosas. Quanto à lotação específica de policiais aqui, isso ocorrerá somente com a criação de uma unidade da Polícia Federal em Lavras.

O Sr. Presidente - Obrigado, Dr. Giroto. Com a palavra, o Sr. José Eduardo Gomide, do jornal "Tribuna de Lavras".

O Sr. José Eduardo Gomide - Boa-tarde, Deputado. Primeiramente quero fazer um comentário. Infelizmente o Dr. Sadi saiu. Parece-me que paralelamente ao problema de presídios, temos também o de estrutura física e de pessoal da Polícia Civil. Relativamente ao presídio, esclareço que nós, da imprensa, não estamos contra a construção de um presídio em Lavras, estamos contra - de acordo com a manifestação da sociedade - o modelo e a quantidade de presídios propostos. Não sei como está o "deficit" carcerário em Minas. Como o Leonardo disse, hoje estamos com duzentos e poucos presos. O Dr. Sadi afirmou que existem 267 mandados de prisão. Está prevista a construção de um presídio com capacidade para 300 detentos, automaticamente haverá uma superpopulação carcerária. É isso o que queremos saber. O senhor disse ontem na Câmara que são 18 regionais. Quantos presídios estão previstos para serem construídos, contando o de Lavras, cuja capacidade será para 300 detentos, e qual o "deficit" carcerário? Obrigado.

O Sr... (?) - Hoje a demanda de um presídio para 300 vagas é para cidades com o porte de Lavras, como os construídos em Pouso Alegre e Itajubá. O ideal seria uma unidade maior, como o senhor mesmo disse. Estaremos inaugurando um presídio em Lavras com 300 vagas, acima da capacidade. Se colocarmos os 200 presos que estão no presídio velho mais os que estão fora da comarca, inauguraremos com a capacidade acima.

Foram realizadas várias construções de unidades prisionais no governo Aécio Neves. Foram construídas várias unidades prisionais até no Sul de Minas e outras regiões para atender a demanda. O estudo é feito de acordo com a localização e a demanda da região. Creio que todas as cidades do porte de Lavras e até menores devem receber a unidade. O presídio de Pouso Alegre é o padrão da Secretaria de Defesa Social. Hoje a Defesa Social busca melhorar as condições do presídio, tanto para os funcionários quanto para os presos. É feito um trabalho, ouvindo as pessoas que trabalham e a comunidade para modificar o padrão, que hoje, como já falei, é como o construído em Pouso Alegre.

Para Lavras, está previsto um presídio para 300 presos. De acordo com a necessidade, a unidade poderá ser maior. Isso dependerá, após a aprovação do terreno e do planejamento da Suapi, da comunidade e da Prefeitura, para construir um com capacidade para 300 presos ou mais. Sempre falamos que são 300 vagas, porque é esse o modelo, mas há muita coisa a ser planejada. Portanto, a capacidade pode ser maior.

O Sr. Presidente - Com a palavra, Ariane Farah Alvarenga, do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso. Obrigado pela presença.

A Sra. Ariane Farah Alvarenga - Boa-tarde para todos. Represento o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Lavras. Ontem recebi um "e-mail" para participar desta conferência. Como todos sabem, a situação do idoso perpassa todos os grandes temas da humanidade, pois a sua fase é o final de todo o desenvolvimento

humano. Já fomos crianças e adultos e agora estamos nesta fase de envelhecimento.

Interessou-me muito participar desta audiência pública. Estou prestando bastante atenção. A idade nos traz isso. Já vivemos muito e vimos que a questão da violência pública está só se agravando. Quando eu era criança, ela era mais simples e acontecia numa escala menor. Estamos vendo que está só piorando. O olhar do idoso perpassa o da comunidade. Como dito, sabemos que é chupar gelo quando a coisa não anda. Chegamos ao impasse de que é preciso mudança. Muito se fez de modo errado. Temos de refletir sobre isso e mudar as coisas erradas. Isso está claro para todos nós.

Esta audiência pública que é para ouvir a população, ou seja, o público, iniciou-se às 10 horas. No entanto, foi-nos dado um espaço somente às 13 horas. Isso está muito errado. Ou vim ao local errado ou a forma como se organizou é incoerente com o que foi passado. Ouvimos os diagnósticos de cada setor. Houve um diagnóstico que infelizmente pouco enriqueceu pelo menos no meu caso. O idoso foi citado somente uma vez. Os dados repassados foram frios, sem que pudéssemos enxergar a sociedade que está por trás deles. O que é essa sociedade? Essa sociedade é formada por crianças, adultos e idosos. A família como unidade básica de uma sociedade não passou em discussão. Além disso, a questão da prevenção chegou a ser analisada somente no final, na rebarba da reunião - aliás, se pudesse, seria colocada debaixo do tapete. Nem gosto muito do termo prevenção. Enxergamos a prioridade como o cuidado com a família que compõe a sociedade. Esse

cuidado deveria estar sendo discutido para apoiar essa família, esse cidadão que está na nossa comunidade.

Observem o caso da violência contra o idoso. Aliás, 15 de junho é o dia em que se faz um alerta: acordar as pessoas sobre a violência contra o idoso. Atualmente, em Lavras, estamos conseguindo formar uma rede de proteção ao envelhecimento, que ainda está engatinhando. Desculpem-me a dificuldade da fala. Como os senhores, estou esse tempo todo sem tomar um gole d'água para molhar a garganta. (- Risos.)

O idoso é um exemplo vivo na unidade básica da família. Fomos convidados para participar do 7º Encontro de Conselhos do Direito do Idoso. Os temas básicos discutidos nesse encontro serão quatro. Um deles são as drogas ilícitas e lícitas usadas pelos idosos. Os senhores percebem que há mais coisas na causa da violência do que a criança e o adolescente. O exemplo numa família é como ela trata os seus idosos. Fora da educação formal que recebe na escola, é isto que a criança estará aprendendo em casa: desrespeito e omissão - aliás, a omissão é a pior coisa que pode acontecer na formação de um indivíduo.

Numa audiência pública, deveríamos estar discutindo os cuidados que devemos ter para com essa família que forma a comunidade, onde estamos falhando e aquele dado da violência primária, ou seja, básica, que é visto como irrelevante porque o importante é o crime mais danoso. No nosso ponto de vista, o crime mais danoso é a corrupção conforme dito aqui. Como estamos tratando a

corrupção, os desvios de verba e do foco da coisa pública? Como estamos tratando a utilização dos recursos públicos de forma eficiente? Isso é extremamente danoso e exemplar para a sociedade. Essas coisas são desviadas. O básico fica na repressão, como, por exemplo, a construção de cadeias. Estamos produzindo esse modelo há muitos anos. Estou com 54 anos e o presencio há 50. É tempo de mudar o respeito pelo cidadão e por todos nós que estamos aqui sem ao menos um copo d'água para molhar a garganta. (- Pausa.) Obrigada. A minha garganta está completamente seca.

Não é uma tarefa fácil estar aqui na frente falando essas coisas. É preciso coragem. De acordo com o texto que recebemos, a esperança tem dois filhos: a primeira, é a coragem de levantar e falar verdades. A sua verdade não quer dizer que seja a verdade de todos. É a minha verdade. Coragem e o que mais? (- Intervenção fora do microfone). E a indignação.

Gostaria de dizer a vocês sobre a minha indignação no que diz respeito ao tratamento dado à segurança pública. É por isso que me levantei e tive coragem de falar, pois ainda tenho esperança de um mundo melhor para todos nós. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigada, Ariane. Gostaria apenas de esclarecer que não queremos esconder nada debaixo do tapete. Viajamos por todo este Estado e, muitas vezes, começamos a reunião às 10 horas da manhã e a terminamos somente às 3 horas da tarde para dar tempo de ouvirmos todas as pessoas. Temos nesta Mesa representantes de Conselho de Segurança Pública e, recentemente, Código do documento: 801362

através de um requerimento de minha autoria, a Assembleia realizou um ciclo de debates para tratar sobre a questão do idoso. Estiveram presentes lá representantes do Conselho do Idoso e diversas entidades, portanto não há interesse algum em esconder alguma coisa debaixo do tapete. Aceitamos a inscrição de todas as pessoas que queiram falar, e não há nenhuma medida para impedi-los de fazer uso da palavra. Porém, achamos também importante para a cidade e para a região trazeremos aqui informações sobre o trabalho e a realidade da Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal já que vocês têm duas rodovias federais que cortam esta cidade e a região. Respeito muito isso. Como tenho muitos anos de experiência acompanhando essa questão, acredito que a prevenção seja muito importante.

Nasci em uma vila em Belo Horizonte e, através do esporte, experimentei uma grande transformação social. Essa é uma prevenção importante, como a educação e diversos outros trabalhos também são, mas, lamentavelmente, temos aquelas pessoas que se desviam e que, por isso, merecem um acompanhamento psicológico, psiquiátrico e ficar fora do convívio social. A legislação é assim.

Com a palavra, Dário Costa, Repórter da Rádio do Senhor, a quem, desde já, agradeço a presença.

O Sr. Dário Costa - Inicialmente gostaria de cumprimentar todas as pessoas. A minha pergunta é para o Dr. João Carlos Giroto: o senhor disse que há uma pequena dificuldade em trazer elementos da Polícia Federal para a cidade de Lavras. Acompanhamos todos os dias o trabalho das Polícias Militar e Civil e sabemos do esforço dessas

unidades e das suas dificuldades. Eles são verdadeiros heróis. Eles prendem um usuário de droga na parte da manhã, e, na parte da tarde, ele é solto. Dessa forma, o traficante nunca aparece porque não há como qualificá-lo.

O senhor disse que, às vezes, uma operação demora cerca de seis meses, oito meses e até um ano. Acredito que é muito tempo que está sendo dado para esse traficante aliciar menores, colocar em nossa cidade e em outros locais mais usuários, trazendo, assim, mais criminalidade e preocupação para a sociedade.

Portanto, fica aqui o meu pedido para que o senhor se empenhe mais. Onde está esse químico que está produzindo essa droga? Qual a reação que a Polícia Federal tem sobre a localização desse refino que está chegando em Lavras, em Campo Belo e que está indo para São João del-Rei? Obrigado.

O Delegado João Carlos Giroto - Apenas para esclarecer a sua pergunta sobre o meu comentário feito em relação às ações da Polícia Federal, partirei para um exemplo prático. Na semana passada, a Delegacia de Divinópolis prendeu e apreendeu cerca de 50kg de pasta base de cocaína, e esse produto reciclado e batizado chegaria ao consumidor final como 250Kg de droga. Nada impede que as polícias locais efetuem apreensão de pessoas que estão na cadeia final do consumo. Somente saliento que as nossas ações visam identificar e mapear todos os integrantes. É uma ação eficaz porque corta-se a linha de abastecimento, identifica-se o fornecedor e elimina-se aquela célula criminosa. Uma ação mais prática e mais rápida seria

prender o consumidor, ou seja, a pessoa que está na cadeia final. Essa a ação é mais coerente, mais rápida e, muitas vezes é efetivada pelos órgãos de polícia local. Porém, as nossas ações, baseadas em diretrizes, visam identificar toda a cadeia do tráfico e chegar à origem do produto para obstaculizar esse comércio. Dessa forma o resultado é bem mais eficaz. Foram retirados 200Kg de droga produzida, refinada e que seria jogada no mercado. Certamente, com essa quantidade de droga, dá para fazer um número grande de vítimas.

Concordo com a sua preocupação, pois o tráfico é extremamente preocupante, como sempre foi. Mas ultimamente nos preocupa mais em virtude do "crack", uma droga que possui um elevado poder de dependência. É uma droga que se o usuário não for colocado em tratamento a partir do momento que for identificado que faz uso desse produto ilícito, em dois ou três anos praticamente ele se torna irrecuperável. Isso realmente nos preocupa e, por essa razão, as ações estão voltadas para essa linha. No que diz respeito ao "crack", temos um aumento das drogas sintéticas, como LSD e "ecstasy", com origem nos países da Europa. Pelo visto, há várias frentes do tráfico de drogas para se combater, no entanto, há uma preocupação constante da Polícia Federal com o combate ao tráfico de drogas em toda a região.

A apreensão da droga deu-se em Divinópolis, mas os dados relativos à origem e aos integrantes não foram repassados para a imprensa, tendo em vista que se tratava de um procedimento de inquérito sigiloso.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Quer dizer que a informação sobre a procedência dessa pasta-base ainda não é pública?

O Delegado João Carlos Giroto - Exatamente. Esse dado não foi divulgado com o objetivo de dar continuidade à investigação, tendo em vista que o grupo se situa em outro Estado da Federação.

O Sr. Presidente - Deve ser proveniente de outro Estado e de outro país, não é?

O Delegado João Carlos Giroto - Exatamente. A cocaína é proveniente do exterior. No Brasil não há produção desse tipo de droga. Os países que mais nos fornecem são o Paraguai, onde a maconha é produzida em larga escala, e a Colômbia. Na verdade, o Paraguai é um entreposto da produção da cocaína. Agora há um aumento da cooperação internacional, da Polícia Federal, com a criação de diversas adidâncias policiais em inúmeros países, com o objetivo de intercambiar informações com outros Estados.

O Sr. Presidente - Obrigado, Dr. Giroto. Com a palavra, o Sr. Neison Luiz Monteiro, assessor do Deputado Federal Odair Cunha.

O Sr. Neison Luiz Monteiro - Boa-tarde a todas e a todos. Cumprimento toda a Mesa na pessoa do Deputado João Leite. Permito-me fazer uma saudação ao Presidente, que, com grande alegria, foi goleiro do Atlético Mineiro, clube para o qual torço muito. Quero fazer as pessoas darem um sorriso ou fazerem uma crítica, não é?

Deputado, além de assessor do Deputado Federal Odair Cunha, também sou professor de história e leciono filosofia. Uma coisa que venho percebendo é que estamos sempre correndo atrás, remediando em
Código do documento: 801362

vez de prevenir. Minha pergunta é a seguinte: qual é o trabalho ou o projeto que a Comissão tem para as escolas a fim de prevenirmos os jovens e os adolescentes contra a droga e a violência e os prepararmos para o compromisso e a responsabilidade? O inspetor está ali e me fez pensar muito bem sobre a segurança no trânsito. Quantos estão morrendo no trânsito? Volto a dizer que minha pergunta é: qual projeto será apresentado? Até pensei em um projeto da Comissão de Segurança Pública com a Secretaria de Educação. Eu, quando aluno, estudei moral e cívica, o que foi importante para meu caráter e para minha formação enquanto pessoa. Por que não temos isso para que nossos jovens e adolescentes formem com melhor compreensão?

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Temos convidado a Secretaria de Estado de Educação para todas as audiências da Comissão de Segurança Pública, as quais as Superintendentes têm acompanhado; e também as áreas de saúde e de desenvolvimento social e a Subsecretaria Antidrogas. Você sabe que o parlamento não é o Executivo. Nosso trabalho é fiscalizar o trabalho do Executivo, procurar saber quais programas estão sendo feitos sobre a prevenção em relação à segurança. A Assembleia Legislativa não executa, ela representa o povo para acompanhar o trabalho do Poder Executivo, especialmente o estadual; é isso o que fazemos. A Deputada Maria Tereza Lara é professora e, apesar de tão jovem, é aposentada. Também tenho a mesma formação que você: sou formado em história, também professor, mas hoje, claro, estou totalmente voltado para o trabalho na Assembleia. Sou membro de duas comissões, das quais presido uma,

Código do documento: 801362

além de estar também em outras comissões especiais. Agora mesmo tenho assento em uma comissão que está analisando uma proposta de emenda constitucional. Temos muito trabalho. Entendemos que é importante ser a partir da educação infantil para que realmente as pessoas não se envolvam nos crimes. Ouviremos hoje um relato do trabalho preventivo feito nas escolas em Lavras. Mas não é um papel da Comissão de Segurança Pública. Foi feita aqui uma sugestão muito legal do professor, a qual levaremos para a Assembleia Legislativa a fim de que ela coloque orientações para as pessoas em seu "site" na área da segurança pública.

Quero dizer, por fim, que tanto a Deputada Maria Tereza Lara quanto eu estamos sempre em escolas falando sobre segurança pública e outros temas. Com a palavra, a Sra. Rita de Cássia Teixeira, mãe de um detento da cadeia pública de Lavras. A Rita de Cássia está presente? Rita, por favor.

A Sra. Rita de Cássia Teixeira - Boa-tarde a todos. Quero dizer que não tenho estudo suficiente para conversar como vocês. A única coisa que acho... (-É interrompida.)

O Sr. Presidente - Rita, só um momento. Estamos muito interessados no que você falará. Acho que o som dela está baixo. Se puderem, aumentem um pouco.

A Sra. Rita de Cássia Teixeira - Acho que as pessoas que estão contra o presídio de Lavras são pessoas que têm condições financeiras boas, são ricas, porque, se vocês forem à cadeia da cidade, não verão um "filho de papai" preso, verão somente pessoas

pobres e negras. O Diretor faz o que pode por nossos filhos. O meu filho, por exemplo, foi mandado para lá e está pagando pelo erro que cometeu. Quero que ele fique lá até o fim, porque ele merece, ele aprendeu. Não o defendo. Ele está fazendo aulas de computação, está estudando e está fazendo até (- Inaudível.); para o dia dos namorados ele fez vários buquês de flores. Está sendo muito bom para ele, apesar do lugar em que ele se encontra, que é muito triste, deprimente. Sábado choveu muito e tivemos que ficar debaixo da chuva, porque a cobertura não era suficiente para nos abrigar. Sempre estamos nos molhando. Acho que com 12 presídios aqui será muito diferente, porque haverá um lugar adequado para os visitantes. Eles precisam pensar, e não é porque meu filho está lá hoje. Os filhos de outras pessoas poderão ir para lá também, porque o telhado de todo mundo é de vidro.

Todas as pessoas têm de olhar e refletir, pois não é fácil para uma mãe ver seu filho na cadeia. Algumas pessoas foram transferidas. Tenho vizinha que tem filho nesta situação. Vejo-a chorar muito. Ela diz para mim que é muito difícil ir até Três Corações. Fico pensando na minha própria experiência. Rezo todos os dias, peço muito a Deus para meu filho não ser transferido, porque sei que não tenho condições de visitá-lo. Para mim é muito difícil se ele for embora. Então, peço que tenham misericórdia, façam esse presídio. Essa construção não prejudicará ninguém. Os presos não vão prejudicar ninguém, pois não são tão ruins assim. São pessoas que erraram, mas todos têm o direito de errar e também de se arrepender.

Se todos se unirem e ajudá-los, vão conseguir reintegrá-los à sociedade. Muito obrigada. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado, Rita de Cássia. No ano passado, por iniciativa popular, na Comissão de Participação Popular, foi aprovada uma emenda para a construção de espaços para os familiares aguardarem o momento da visita de seus parentes que estão presos. Sei que no Presídio São Joaquim de Bicas foi construído, assim como em outros lugares. Não sei se há essa possibilidade no centro da cidade. Se for construído o presídio, esperamos que tenha espaço para as famílias aguardarem o momento da visita.

Com a palavra, o Pastor Algernon Paiva Filho.

O Pastor Algernon Paiva Filho - Depois dessa fala, ficamos engasgados. Essa situação tem de mudar. Estamos trabalhando, como igreja, numa campanha. Distribuímos alguns jornaizinhos desses a que o Deputado se referiu. É uma campanha pelos bons tratos da infância e da adolescência. A campanha é do idoso também, mas o jornalzinho especificamente fala dos bons tratos da criança e do adolescente.

Gostaria de falar sobre a vacina dos bons tratos. Gostaria de quebrar o protocolo, Deputado, se me permite. Sou mestre em quebrá-lo. Não sei nem cumprimentar a mesa.

Gostaria de ficar de lado, olhar para o rosto de todos e incentivá-los a tomar a vacina contra os maus-tratos. Muitas vezes, falamos de prevenção, mas falta atitude na hora certa. Acho que aqui

é um horário bom para tomarmos essa vacina. Não sei quantos se vacinaram contra esse mal.

Solicito que todos fiquem de pé. É uma vacina que estamos ensinando e querendo disseminá-la nas escolas. Ontem o Paulo, nosso Evangelista da nossa igreja, esteve em algumas. Vamos percorrer outras para levar essa vacina, que é simples. Gostaria que todos pudessem ser vacinados hoje aqui. É simplesmente dar um abraço apertado.

(- Procede-se à dinâmica do abraço.)

O Pastor Algernon Paiva Filho - Queridos, amar o próximo é importante. Creio que a maior prevenção contra a violência é amar o próximo, respeitá-lo, o adolescente, o idoso, o presidiário. Parabenizo o trabalho que tem sido desenvolvido pelas polícias. Temos de ter o trabalho de repressão, pois, infelizmente, temos aqueles que usam da violência e fazem dela um abuso em todos os níveis. Temos de ter esse trabalho de prevenção, sim, e com muita rigidez, com muita força, senão as coisas não vão para frente. Além disso temos de ter amor ao nosso próximo, respeitá-lo de todas as formas, por meio de abaixo-assinados, por meio da escrita e da fala. Colocamos o nosso posicionamento ofendendo o outro. É um ato de violência. A palavra de Deus nos ensina a amar o próximo como a nós mesmos. Seríamos incapazes de fazer alguma coisa contra o nosso próprio corpo. Por que fazemos contra o nosso próximo? É a primeira vez que participo desta Comissão e já atrapalho o andamento dos trabalhos desse jeito. Peço desculpas. Que Deus abençoe os nossos governantes, a segurança

pública do nosso Estado e da nossa cidade, que nos dê capacidade para continuar. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Pastor Algernon.

A Sra. ... - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para questão de ordem.

A Sra. ... - Lancei uma ideia, que ficou incompleta, que diz respeito a trocar a prevenção pela ética do cuidado. Quando me refiro ao termo cuidado, baseio-me no Leonardo Boff, à ética do cuidado. Ele conta a história que o cuidado, andando à beira de um rio, pegou a terra da beira desse rio e moldou um boneco. Chamou Júpiter, que era o pai de todos os deuses e disse-lhe: "Júpiter, insuffle vida a este boneco." O deus faz isso, ou seja, jogou vida naquele boneco de terra.

A Sra. Ariane Pará Alvarenga (?) - Aí eles quiseram denominar esse boneco que recebeu vida e foi feito por terra. Estava cuidado. E Júpiter veio também à Terra requisitando direito o de denominar esse boneco. A Terra queria dar o nome para ele. Cuidado queria dar um nome para ele. E Júpiter também queria. E chamaram o pai de todos os deuses - ancião - Saturno, que chegou e disse: "Se vocês não tiveram condição de resolver esse conflito que é a denominação desse boneco, eu resolverei. Eu chamarei esse boneco de homem, que vem de húmus, que quer dizer fertilidade. E você, Júpiter, que insuflou vida nesse boneco, receberá a vida dele de volta após o cumprimento da sua vida. A terra receberá a terra de volta no final

da sua vida. E a você, Cuidado, irá permanecer do lado desse boneco durante a vida inteira. Você não o abandonará nunca.

Essa é a ética do cuidado. O ser humano não consegue sobreviver sem o cuidado do seu semelhante, sem o amor do seu próximo. Somos dependentes desse cuidado. Temos de aprender a ser homens férteis, através de ações cuidadosas, amorosas. Ações que espelham a verdade de Deus que é a igualdade para todos nós.

Quando eu falei que não gosto da palavra prevenção é porque essa expressão está sendo muito usada, muito desgastada. Temos de resgatar a ética do cuidado. Isso é até uma sugestão. Para implantar a ética do cuidado em todos os setores da vida pública, seja, no Legislativo, no Executivo, no Judiciário, seja na própria comunidade. Por isso, eu gostaria de explicar melhor essa questão para que fique uma questão pontual não esclarecida. E aberta a más interpretações. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado, Ariane Pará Alvarenga, do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso. Com a palavra, o Coronel da Reserva Carlos Roberto Lopes.

O Cel. Carlos Roberto Lopes - Boa-tarde a todos. Há três anos, eu estou na reserva da Polícia Militar. Nesse período eu optei por pertencer a uma associação que visitamos toda semana, cidades. Nossa área de trabalho vai de Carandaí até Formiga. Esse trecho pega as cidades polo e as cidades menores. É um trabalho voluntário e gratuito. Nessas cidades que visitamos, distribuimos gratuitamente a Bíblia Sagrada - não a Bíblia completa, mas o Novo Testamento, com
Código do documento: 801362

provérbios. Esse é um livrinho azul que, com certeza, muitos já ganharam um dia na escola ou em um hotel. Os presídios e as Apacs são os lugares que faço questão de visitar nesses lugares.

Nos presídios e cadeias, vemos o semblante duro dos detentos. Nas Apacs, vemos semblantes mais tranquilos. Parece que as pessoas estão mais felizes apesar de estarem ali cumprindo pena. Quero trazer uma sugestão para Lavras. Por que não trazermos a Apac para Lavras já que parece que no presídio do sistema normal a recuperação está em torno de um a dois a cada 10? Se não me engano, no sistema Apac, a cada 10 detentos de sete a oito se recuperam. Dou a sugestão de trazer a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac - para Lavras.

Para quem não conhece a Apac, a sede em Minas - um modelo muito bonito e grande - está em Itaúna. Quando era Comandante em Alfenas, fomos a Itaúna com o Prefeito, Vereadores e o Promotor de Justiça, em uma van, conhecer a Apac de lá. Hoje tem uma Apac lá. Coneço os dois trabalhos e, mesmo agora, quando estou aposentado. Se bem que eu conheci muitas cadeias quando estava na ativa. Conheci o presídio, a cadeia de Lavras, antes da recuperação. Conheci a cadeia pública de Três Corações, que me dava uma grande dor de cabeça. A cadeia de Alfenas também me deu muita dor de cabeça antes de ter o presídio. Sofri como Comandante as dores das rebeliões ali.

Hoje tem a opção da Apac. Eu acho que o presídio novo é uma maravilhosa ideia. Estou também de acordo com o Comandante Assis. Temos de construir esse presídio. Eu conheço o presídio aqui, onde

entro para distribuir Bíblias. A Apac é uma solução. Vale a pena conhecer e trazer o sistema Apac para Lavras. Obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - O Coronel coloca uma questão importante, mas que depende totalmente da decisão da comunidade. A Apac, para se instalar em uma cidade, precisa do apoio da comunidade, mas onde está instalada está indo muito bem e dá realmente grande possibilidade de ressocialização e recuperação desse interno do sistema carcerário. O nosso último inscrito é a Sra. Belkis, Secretária Municipal de Promoção e Cidadania. Eu passei hoje perto da sua Secretaria.

A Secretaria Belkis Eriana Amaral de Souza - Estou triste com isso. Esteve do lado da Secretaria de Promoção da Cidadania, um prédio imenso, com uma placa imensa, mas não nos visitou.

O Sr. Presidente - Enxerguei mesmo. É linda. Eu vi. Muito bonita mesmo. Parabéns.

A Secretária Municipal Belkis Eriana Amaral de Souza - É muito bom te rever sempre. Eu acho que se eu for falar um pouco da Secretaria de Promoção e Cidadania, eu gastaria talvez o mesmo tempo do início até agora para poder falar. Eu tentarei resumir um pouco do que está sendo o nosso trabalho.

Quebro o protocolo, porque não consigo falar sentada e olhando nos olhos de cada um de vocês. O nosso trabalho aqui em Lavras tem sido muito bom, extremamente gostoso de ser feito. Contamos com a grande colaboração não apenas da Polícia Civil, como também da Polícia Militar, da Câmara Municipal, da comunidade e de todo o poder público. Trabalhamos com a intersetorialidade de todas

Código do documento: 801362

as políticas públicas, o que é muito complicado. Ontem, participei de reunião em Pouso Alegre com as psicólogas dos CRAS. Foi muito interessante, porque o único Município que tem uma rede construída de atendimento socioassistencial é Lavras, onde realmente existe essa intersectorialidade preconizada pelo SUS.

A plateia está vazia, mas gostaria de apresentar a nossa assistente social Flávia, do CRAS do Cruzeiro do Sul, e a outra assistente social Flávia, do outro CRAS. Quando vim para cá, tínhamos um CRAS, e hoje temos quatro. Contamos com a Flávia, do São Vicente; a Zu, advogada do Creas; a Adélia, assistente social do CRAS da Cohab, que fica numa região terrível de vulnerabilidade; a Olga, psicóloga que fica por conta de atender ao Conselho Tutelar; a Sônia e a Gisele, pedagoga e psicopedagoga, respectivamente, responsáveis pelo acompanhamento de todos os programas sociais. Não temos nenhum profissional nos programas sociais sem formação superior. Todos são treinados durante o ano. Aliás, um carro está indo levar algumas pessoas para Passos, onde haverá capacitação do Banco do Brasil, pois temos parceria com a AABB. Procuramos ter qualidade no nosso atendimento. Temos sim, muitos problemas, que não são recentes, vieram ao longo do tempo e se tornaram grandes.

A Ariane é uma grande defensora do idoso. Essa área de atendimento enfrenta um sério problema em Lavras. Hoje, a maior parte da pensão, dos vencimentos dos idosos está financiando o tráfico. Seus filhos e netos são a grande maioria que usufrui do seu dinheiro e os maltrata. Há vários relatórios, uma advogada atende

exclusivamente esses casos, temos feito encaminhamentos ao Ministério Público, mas ainda não há decisões. Temos o controle de tudo o que está acontecendo, o que é muito importante, pois, antes, não era assim.

A questão da droga em Lavras é realmente muito séria. Não há maconha aqui; cocaína, se houver, é pouca. Já o "crack" é impressionante. Crianças de 10, 11 anos fazem uso da droga. Hoje, duas meninas foram encaminhadas a Itamonte, onde há aproximadamente oito crianças internadas. A saúde ano que vem vai se ver com isso. Este ano, os casos são da assistência social, mas, ano que vem, o Secretário Mourão vai pensar. A secretaria faz 13 atendimentos de casos de drogas hoje. No CRAS, a cada 20 atendimentos, 5, 6 são relativos ao uso de drogas. As famílias ficam desesperadas. Uma senhora relatou-nos o que se passa no seu ambiente familiar.

Temos aqui um local chamado Espaço Renascer, que é um abrigo para menores encaminhados pela Justiça ou pelo Conselho Tutelar. Lá, há 11 pacientes, sendo que quatro crianças foram vendidas, trocadas por pedras de "crack", além de outras que não têm para onde ir, pois não há espaço. Poderíamos até sair fora da lei do estatuto ao criar uma situação.

Há muitos problemas graves no Município. Porém, nada espantoso, nada que não esteja sendo discutido. Estamos trabalhando em todos os casos, juntamente à Promotoria e às Secretarias de Obras e de Saúde, que são nossas parceiras, além do departamento jurídico e

da Ouvidoria. As denúncias que chegam à Ouvidoria são acatadas e respondidas. O "0800" é usado constantemente.

Em relação aos idosos, na mesma hora é realizado um encaminhamento apurado. Eles são encaminhados ao Cras, onde as assistentes sociais, as psicólogas e os demais funcionários procedem ao acompanhamento dessa família.

É bom entender que a solução dessas questões não é mágica, não é como fumaça, demora um tempo para resolver, porque lidamos com gente. Não conseguimos criar relacionamento e intimidade com as pessoas de um dia para o outro, precisamos de tempo. Houve tempo em que havia aqui uma população de rua, que hoje não existe mais. Mas há uma população migrante imensa na cidade. Trabalhamos com uma média de mais de 600 passagens e hospedagens por mês, em Lavras, justamente por causa do eixo das BRs 265 e da 381, que liga o Rio a São Paulo. Muitas pessoas migram para cá, e temos dificuldade na compra de passagens, por falta de financiamento do Estado. Contamos com o cofinanciamento do município e do governo federal, mas não recebemos cofinanciamento do Estado. Isso dificulta nosso trabalho em relação a isso.

Quanto aos nossos programas sociais, hoje, estamos com 120 crianças na AABB. Temos mais 200 crianças no PETI, Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil, mas há 100 crianças na Área Azul, esperando que a justiça mande todas embora, por ser considerado ilegal. Estamos nos fingindo de cegos, até que nos mandem embora. Enquanto isso, eles estão cuidados, guardados e são encaminhados a

emprego e cursos profissionalizantes. Em Lavras, há uma coisa que o Estado não tem, o único é em Lavras, que é o CPPT - Centro Público de Promoção do Trabalhador, que funciona muito bem. Mais de 5 mil pessoas já passaram por lá. Elas foram empregadas e estão sendo acompanhadas. Há cursos com acompanhamento para quem é empregado por lá e cursos direcionados a quem não tem escolaridade. Isso é realizado em cada Cras. Também desenvolvemos um trabalho vigilante, com reuniões semanais de equipe. Um caso que ocorre não é da cidade, mas é um caso de toda a equipe da secretaria. Às vezes, sou acordada às 2 horas da manhã, ou pelo Conselheiro Tutelar, ou pela Polícia Militar, porque existe um doente mental em um ponto de droga e não há um local apropriado para ser encaminhado. Ficamos na UPA com ele, onde ele é atendido, cuidado e encaminhado ao CAPS. Depois, a Prefeita autoriza a liberação de um veículo para encaminhamento desse menor para a cidade de origem. Costumamos tratar as pessoas com muito respeito. Não as colocamos simplesmente em um ônibus e as mandamos embora. Decidimos todos esses casos em equipe. Isso é muito bom.

Estou há 27 anos no Estado e trabalhei em 70 municípios da Sedese, pela Regional de São João del-Rei. Acredito que Lavras, hoje, é uma cidade de ponta. Possuímos uma Secretaria, funcionários, profissionais com plena experiência e competência de dar continuidade a todo e qualquer trabalho que foi iniciado aqui.

Encerrarei, porque se for falar mais, passaremos 24 horas acordados, ouvindo "causos", casos, histórias, talvez por um ano inteiro. Mas é importante ficar gravado que conseguimos implantar o

Sistema Único de Assistência Social no Município, a rede funciona e muito bem, não por questão financeira, mas por questão de gosto, de amor e de prazer de todos nós que trabalhamos na assistência social, e na promoção da cidadania. Não o perdoo por não ter participado lá.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Passei correndo por todos esses lugares.

A Secretária Belkis Eriana Amaral de Souza - O pior é isso, passou correndo.

O Sr. Presidente - Depois, pergunte ao Mourão, eu estava correndo.

A Secretária Belkis Eriana Amaral de Souza - Vou te dizer uma verdade, o Mourão estava saindo da casa do pai dele, acabando de tomar café e disse que estava trabalhando.

O Sr. Presidente - O Mourão estava trabalhando. Obrigado, Belkis. (- Palmas.) Aproveito a presença dos policiais federais, para explorá-los um pouco mais. Dr. Giroto, o senhor falou que cuida de 137 municípios. Qual efetivo o senhor conta para cuidar desses 137 municípios?

O Delegado Carlos Giroto - Nosso efetivo atual é de 33 policiais, englobando delegados e agentes. Temos 7 delegados, 5 escrivães, 17 agentes, 1 papiloscopista e 2 administrativos. A previsão é de que recebamos, em setembro, 5 escrivães de polícia federal e 4 agentes de polícia federal.

O Sr. Presidente - Esse efetivo é suficiente para o trabalho que vocês desenvolvem?

O Delegado Carlos Giroto - Não é o efetivo ideal para a Delegacia de Varginha. Já tenho conhecimento de que, em Brasília, foi traçado um panorama do efetivo ideal de cada unidade da Polícia Federal. Há um concurso de Agente de Polícia Federal e Escrivão em andamento. A iminência é de que haja outros concursos pela frente. Por ora, o que temos de reforço, em termos de efetivo, são esses números que mencionei, e deverão chegar em setembro. Nosso efetivo ideal é além desse quadro de hoje, especialmente, diante de nossa área de atuação, que são 137 municípios.

O Sr. Presidente - Muito bem. Obrigado, Dr. Giroto. Inspetor Helênio, informe para nós os quilômetros que são de responsabilidade do senhor.

O Inspetor Helênio Romualdo Almeida - A principal via de nossa responsabilidade é a BR-381, de pista dupla e no sentido Vitória também. Aqui, na região, há a BR-146, que vai para Andradas; a BR-267, que liga Machado a Poços de Caldas; a BR-459, que faz a ligação entre a região e a Via Dutra. Na Fernão Dias, há o posto de Betim, o de Itatiaiuçu, o de Perdões, o de Oliveira, o de Três Corações, o de Pouso Alegre e o de Itapeva. O mais próximo daqui é o Posto de Perdões, onde há 38 policiais, quando o número razoável deveria ser de 80 policiais.

Temos realizado uma integração entre nossas delegacias, da PRF, uma atuando junto à outra, para que rondas possa ser feitas. De outra forma, seria impossível efetuar esse serviço.

O Sr. Presidente - Nessa região, o senhor tem rodovia delegada?

O Inspetor Helênio Romualdo Almeida - Temos a BR-491, que vai de Alfenas a Passos e São Sebastião do Paraíso, delegada para a Polícia Militar.

O Sr. Presidente - O senhor imagina que cuida de quantos quilômetros nessa região?

O Inspetor Helênio Romualdo Almeida - Cuidamos da BR-381 desde a divisa com o Estado de São Paulo, até o sentido Vitória. As principais rodovias são a BR-381 e a BR-459, que é uma BR de ligação. As BRs são classificadas de acordo com a primeira centena. O número 4 significa que ela liga uma região à outra. Considero como principais a BR-381, que liga Belo Horizonte a São Paulo e a BR-459 que faz a ligação até a Via Dutra.

O Sr. Presidente - Da BR-381 até Barbacena, há uma BR que passa dentro de Lavras?

Inspetor Helênio Romualdo Almeida - É a BR-265, que está delegada.

- Manifestação fora do microfone.

Inspetor Helênio Romualdo Almeida - Cuidamos da BR-381, em sua extensão, da BR-146, da BR-267 e da BR-459.

O Sr. Presidente - Qual é seu efetivo total para isso?

Inspetor Helênio Romualdo Almeida - O efetivo total, em Poços de Caldas, é de aproximadamente 16 policiais; Perdões, 38; Pouso Alegre não passa de 50. Não chega nem à metade do que é ideal.
Código do documento: 801362

Precisaríamos na, região, de 80 policiais em Perdões; 150 em Pouso Alegre e mais 50 policiais em Poços de Caldas.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Inspetor. Agora, faço uma pergunta à Defensora Pública, Dra. Mirela. Ouvimos o grande número de feitos da Polícia Civil que são encaminhados à Justiça. Há decurso de prazo em relação a pessoas que cometeram crimes?

A Defensora Mirela Farane Souza Araújo - O senhor que saber se mesmo com essa comunicação da Polícia, há casos de excesso de prazo?

O Sr. Presidente - Sim.

A Defensora Mirela Farane Souza Araújo - Existem. Com a alteração feita em 2008, em qualquer auto de prisão em flagrante, se a pessoa declarar que não tem advogado, nem condições de constituí-lo, remete-se uma cópia do auto em prisão em flagrante para o Poder Judiciário e uma cópia para o representante da Defensoria. Quando verificamos que aquele crime é afiançável, mas não pode ser estabelecida a fiança pela autoridade policial, automaticamente, requeremos a liberdade provisória, pois são crimes mais leves. Há casos até de crimes de trânsito, afiançáveis, em que o réu é primário, mas não tem condições financeiras para contratar advogado. Assim que chega ao nosso conhecimento, independente da família nos procurar ou não, fazemos o pedido à Justiça, e a pessoa é liberada.

Em relação aos processos encaminhados para a justiça, tornam-se ações penais e, mesmo ainda não instruídos, há reduzido número de processos com excesso de prazo. Com a instalação da 2ª Vara
Código do documento: 801362

Criminal, ano passado, houve redução, porque havia apenas uma juíza responsável por toda a Execução Penal, Infância e Juventude, Cível, Criminal, mais os processos de conhecimento. Com a instalação da 2ª Vara Criminal, em Lavras, houve a redução, porque o trâmite dos processos tem sido mais rápido. Além de não haver grande número de excesso de prazo dos processos, a pessoa pode ser liberada, mesmo sem ser julgada. Muitas vezes, ela tem responsabilidade penal e virá a ser condenada. A vantagem é que, às vezes, há casos de absolvição, em que se prova que a pessoa é inocente, ou que é um crime menos grave. Houve casos de a pessoa ficar presa por quase um ano e ser absolvida no final. Esse número de processos com excesso de prazo tem sido reduzido cada vez mais e há menos casos de pedido de relaxamento por excesso, em consequência dessa atuação eficaz do Poder Judiciário, com a vinda dessa 2ª Vara Criminal.

O Sr. Presidente - Uma última pergunta. A Belkiss fez aqui um relatório dessa supersecretaria. Queria saber se, no contato da Defensoria Pública com as famílias vulnerabilizadas, há um entendimento com essa supersecretaria, se a Defensoria encaminha esses casos para a Secretária Belkiss.

A Defensora Mirela Farane Souza Araújo - Estou na área criminal, mas muitas vezes recebemos casos que são de encaminhamento para a Secretaria de Defesa da Cidadania. O que posso relatar, Deputado, é que os casos que encaminhamos e orientamos, se não forem resolvidos, retornam a nós, que nos mobilizamos para dar uma solução a eles. Os casos que encaminhamos para essa Secretaria específica, Código do documento: 801362

não tenho o conhecimento de retorno ou que a pessoa não tenha sido atendida.

Não sei se está acontecendo, mas a orientação que damos, quando atendemos o cidadão, é que, se não for resolvido, que retorne à Defensoria, para fazermos o encaminhamento.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Está bem. Muito obrigado. Considero importante o contato dessa área.

Registro a presença do Washington Borges, Diretor do presídio, aqui conosco à Mesa.

(- Manifestação fora do microfone.)

O Sr. Presidente - Esta Presidência solicita a gentileza de não se manifestarem fora do microfone, senão perderemos a gravação. Belkis, é importante esse contato com a Defensoria Pública e o apoio à nossa Defensora, a seu trabalho. Temos o último inscrito, que é aquele jovem ali. Por favor, precisamos de um microfone. Ele tem de falar o nome completo, para nossa gravação.

O Sr. Eduardo Marane - Na verdade, tinha feito minha inscrição, e o Presidente citou como Secretário de Relações Institucionais, participando do encontro aqui. Mas, numa participação rápida, agradeço a presença de todos. Gostaria de perguntar ao Presidente, com relação à explanação do Dr. Sadi, percebemos uma ausência em seu efetivo, principalmente com relação a legistas. O que o Presidente e os demais Deputados têm feito para resolver essas questões, o mais rapidamente possível? Aguardar um parecer final dessas reuniões é um caso que envolve segurança pública. A Polícia

Código do documento: 801362

Civil desenvolve um excelente trabalho no Município hoje, graças à competência de todos os que lá estão, juntamente com a Polícia Militar e com o Corpo de Bombeiros, mas percebemos que o efetivo está realmente comprometido. Isso é resultado do desgaste daquelas pessoas que estão se dando ao máximo, para que a peteca não caia. Pergunto ao Presidente, como cidadão, se alguma coisa está sendo feita com relação a essa falta do efetivo. Toda a estrutura demanda efetivo e manutenção. Na questão da penitenciária ou do presídio, o que está se fazendo para garantir recursos para a manutenção do espaço físico?

O Sr. Presidente - Está bem, Eduardo Marane, Secretário Municipal de Relações Institucionais de Lavras. Achei que era para registrar, mesmo. Foi uma falha. Ainda bem que você se manifestou. O Estado tem investido muito na estrutura do sistema penitenciário. Para se ter uma ideia, quando este governo assumiu, em 2003, havia 15 unidades com a Subsecretaria de Administração Prisional. Hoje são 98. Mais? Já? Mais de 100? Bom, 2003. O microfone, por favor, para o Washington Borges.

O Sr. Washington Borges - Boa-tarde a todos. Sou Washington Borges, Diretor-Geral do Presídio de Lavras. No ano de 2003 eram 17 unidades. Hoje, são 113, com propensões a chegar a 120. Aqui tínhamos uma realidade, que era a Polícia Civil cuidando da cadeia e assumiu a Subsecretaria de Administração Prisional.

O Sr. Presidente - Acho que é importante você responder como são liberados os recursos, como é feita a manutenção da unidade.

O Sr. Washington Borges - Hoje, a Suapi provém, dentro das possibilidades, devido à grande necessidade de o Estado ter de assumir algumas unidades em um sistema precário, como o caso de Lavras, Pouso Alegre e Itajubá, sem ter uma estrutura prisional não só adequada, mas formalizada. Hoje, a Suapi divide recursos com as unidades atuantes, de maneira tal que o presídio de Lavras consegue chegar a 87% das necessidades básicas que um presídio formalizado estaria prestando, ou seja, hoje temos condições de fornecer alimentação adequada, por uma cozinha vistoriada, com nutricionista, temos uma Assistente Jurídica - TJ -, que há três meses fazia 80 atendimentos, em média. Hoje, conseguimos elevar essa média para 140 a 150 atendimentos por mês. Uma psicóloga faz as vezes de assistente social. Infelizmente, temos só uma pessoa do setor de saúde. Eram necessários pelo menos mais dois profissionais. Temos um corpo de agentes penitenciários, de 37. Como o próprio Dr. Sadi falou, nos mesmos moldes da Polícia Civil, deveriam ser no mínimo 58. Eles se desdobram para exercer suas funções. Para o senhor ter uma ideia, nesse trimestre, efetuamos aproximadamente 520 escoltas, baseadas na atuação do presídio de Lavras. O Estado vem fornecendo todo esse aparato de um presídio comum, mesmo a estrutura sendo adaptada. Hoje, temos a programação do pedido anual. Estão chegando roupas, escovas de dentes, talheres, vestuário em geral. Temos uma programação para a atuação de saúde. Estão chegando todos os medicamentos. Tudo aquilo de cunho necessário de uma unidade prisional, normalmente, com suas ressalvas, o Estado vem fornecendo. Obviamente, tem suas

dificuldades, apesar do que conseguimos atingir essa meta. No balanço de Diretores-Gerais, mesmo com toda essa dificuldade, conseguimos alcançar 87% de atuação.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Washington. É importante dizer ao Secretário que no cumprimento do Orçamento do Estado sem dúvida a Subsecretaria de Administração Prisional é das que mais executam. O Estado tem esse cuidado de liberar os recursos. Respondendo a outra pergunta, já temos vários requerimentos confeccionados pelo Dr. Gustavo, nosso consultor. Não os votaremos hoje porque precisaríamos de três Deputados para votar os requerimentos. Talvez os votemos quinta-feira, em Betim, em uma audiência como esta que se realizará naquele Município. Um deles é que seja encaminhado ofício à Secretaria de Defesa Social, solicitando as seguintes providências: construção de presídio no Município de Lavras; ampliação do efetivo policial na 6ª Região Integrada de Segurança Pública, especialmente da Polícia Civil; construção de um Centro de Atendimento a Adolescentes Autores de Atos Infracionais, no Município de Lavras; construção do prédio sede da 6ª Região Integrada de Segurança Pública; assunção total de presos sob a guarda da Polícia Civil pela Subsecretaria de Administração Prisional - Suapi. O Subsecretário de Administração Prisional, Genilson Zeferino, está chegando agora em Três Corações, e deverá assumir a cadeia daquele Município. Hoje à tarde, ele discutirá com a Juíza de Três Corações. E também Boa Esperança é o interesse. Então, já temos esses pedidos. Temos outros aqui para que seja encaminhado ofício à

Código do documento: 801362

Ferrovias Centro-Atlântica, solicitando a celebração de convênio com o Município de Lavras, visando à preservação do patrimônio histórico ferroviário nesse Município, tendo em vista que, no quadro atual em que se encontra, tal patrimônio está deteriorado e abandonado, tornando-se área de risco potencial à segurança da população de Lavras. Seja encaminhado ofício à Secretaria de Esportes e Juventude e à Secretaria de Saúde, solicitando providências para a construção de um centro de tratamento para dependentes químicos para atender o Município de Lavras e região. Seja encaminhado ofício à Polícia Federal, solicitando a implantação de uma unidade da Polícia Federal no Município de Lavras. Estamos também em relação ao que constatamos, tanto com o Dr. Giroto quanto com o Inspetor Helênio, vamos solicitar também em relação ao efetivo da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

Quero lembrar que em agosto teremos a presença do governo federal, no ciclo de debates na Assembleia Legislativa. Teremos a presença da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Ministério da Justiça. Será muito importante, porque todo esse relatório que estamos fazendo das carências que temos no Estado será entregue para o governo federal, porque desejamos muito um grande efetivo, um efetivo que consiga dar respostas para nosso Estado. Tanto da Polícia Federal, tão necessária para nós, quanto da Polícia Rodoviária Federal, também tão necessária. A Deputada Maria Tereza Lara lembra do efetivo da Polícia Civil.

Você terá de usar o microfone, Secretário Eduardo, para não perdermos a gravação.

O Sr. Eduardo Marane - É porque a gente vai conversando, e as coisas vão vindo. Na gestão passada, assumi a Secretaria da Agricultura, e com o apoio do Maj. Assis e de todo o comando, implantamos a Patrulha Rural, que desempenhou um excelente trabalho. Hoje, o crime, o assalto, o roubo, estão também nas áreas rurais. Pediria à Comissão que atentasse um pouco para essas questões. O Maj. Assis acompanha de perto, e tenho a certeza de que no momento oportuno poderemos trocar grandes ideias. Também estou à disposição por ter assumido juntamente com o governo da Prefeita Jussara e com a Secretaria da Agricultura. A Jussara não está presente - não é rasgação de seda - mas quero parabenizar a Prefeita Jussara. São três mandatos de Prefeita. Realmente, não vejo uma pessoa com sua competência, com sua dedicação, a questão humana, a questão administrativa, como a Jussara. Gostaria que constasse na ata o meu reconhecimento à dedicação da Prefeita de todas as causas.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Lineu, a emenda do Consep, vamos encaminhar um requerimento também, Dr. Gustavo, sobre os Conseps. Mas é importante, na revisão do PPAG, que os próprios Conseps façam também essa emenda, de iniciativa popular. Será importante quando acontecer a revisão do PPAG na Assembleia, mas vamos encaminhar uma solicitação ao governo, uma linha de recursos para os Conseps, para que eles tenham suas estruturas. Quero agradecer a todos a paciência. É muito importante que tenhamos todo

esse tempo para discutir esse tema tão importante. Muito obrigado pela presença de todos contribuindo para este nosso trabalho. Agradeço às autoridades que se deslocaram até esta audiência pública aqui em Lavras, todo o apoio que tivemos da Câmara Municipal, da Prefeitura, para a realização deste evento aqui em Lavras.

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento da Deputada Maria Tereza Lara, dos convidados, do público, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, quinta-feira, em Betim, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.